



Comemoramos Hitchcock: o britânico que recriou o suspense e o cinema P. 12,13



ZERO

FLORIANÓPOLIS, DEZEMBRO DE 1999 - ANO XVI - Nº 2

PLANO DIRETOR É AUTORITÁRIO



RBS: Ignora a liberdade de expressão. P. 2 **BESC:** Amin poderia evitar quebra. P. 3
FUSÕES: Surge o maior grupo multimídia do mundo. Pags. 4 e 5 **TELE-ENSINO:**
inovação treme as bases da Academia. P. 6 **MP3:** Tecnologia sacode cartel das grava-
doras. Pags. 14 e 15 **CULINÁRIA:** Nada (estamos fartos de programas de receitas na TV)

O MINISTÉRIO DA SAÚDE NÃO ADVERTE: TRANSGÊNICOS FAZEM MUITO MAL À SAÚDE

Arte: Ron Cobb, Wagner Maia
Apoio: Caio Salles, Débora Tozzo, Ellen Sezerino, Mariana Dauwe, Mellyssa Mol
Colaboração: Amocam, Professores Flávio Sturdze e Mauro Pommer, Tereza Barbosa, IPUF
Copy-write: Jornalista e professor Ricardo Barreto
Direção de arte e de redação: Ricardo Barreto
Edição: Andréa Fisher, Jônatas Kosmann, Leonardo Collares, Léo Laps (seniores) Clarissa Moraes, Débora Tozzo, Elisabete Francio, Leonardo Miranda
Fotografia: Leonardo Miranda
Diagramação Eletrônica: Jônatas Kosmann
Laboratório fotográfico: Leonardo Miranda
Revisão: Andréa Fischer, Clarissa Moraes, Débora Tozzo, Elisabete Francio, Jônatas Kosmann, Leonardo Collares, Léo Laps, Leonardo Miranda, Olavo Pereira Oliveira
Serviços editoriais: Companhia das Letras, Internet, *The Macmillan visual dictionary*
Textos: Ana Letícia Rosa, Diego Fontoura, Fernanda Souza, Gisele Benatto, Leonardo Collares, Léo Laps, Olavo Pereira Oliveira, Sílvia Smaniotto, Valdecir Becker
Pré-impressão: Artline
Impressão: Imprefar
Redação: Curso de Jornalismo (UFSC - CCE - COM), Trindade, CEP 88040-900, Florianópolis/SC
Telefones: (48) 331-9490 e 331-9215
Fax: (48) 331-9898
Sítio: www.jornalismo.ufsc.br
E-mail: zero@cce.ufsc.br
Circulação: gratuita e dirigida
Tiragem: 5.000 exemplares

Univali censura livro sob pressão

O fundo do espelho é outro — quem liga a RBS liga a Globo era o título do livro do jornalista Carlos Alberto de Souza antes de ser censurado pela Editora da Univali, sob pressões e ameaças da Rede Brasil Sul (RBS). Os 400 exemplares já impressos foram recolhidos, o lançamento previsto para 10 de agosto foi adiado e uma segunda capa foi feita. O subtítulo também foi alterado, e o livro finalmente foi lançado no dia 15 de setembro com o título *O fundo do espelho é outro — quem liga a...*

Resultado da dissertação de mestrado do jornalista e coordenador do Curso de Jornalismo da Univali, a obra questiona se uma empresa sediada fora do Estado (RBS) pode representar os catarinenses. Ele conclui que a empresa gaúcha depende primeiramente de sua sede, a RBS do Rio Grande do Sul, e depois das Organizações Globo, a qual é filiada, não podendo representar "nem a si própria, muito menos a sociedade catarinense". A dissertação foi defendida na Universidade Federal do Rio Grande do Sul em março passado, recebendo conceito A e indicação para publicação de todos os membros da banca julgadora.

O fundo do espelho é outro — quem liga a... questiona a posição da RBS como representante da comunidade catarinense e florianopolitana através do estudo de sua estrutura empresarial e da análise de programação e conteúdos veiculados por sua emissora instalada na Capital, a RBS TV Florianópolis, que é a cabeça da rede no Estado. Souza aborda os problemas da RBS e sua obrigação de seguir o "padrão Globo de qualidade" e todas as demais determinações das Organizações Globo. Estudou sua programação durante um ano e meio, dando ênfase principal para os telejornais *Bom Dia Santa Catarina*, *Jornal do Almoço* e os plantões *Notícias 24 horas* e *Votação na Assembléia*.

Uma das primeiras conclusões do autor é que a RBS não tem nenhum horário nobre para colocar sua programação no ar. Ele constata que todos os horários concedidos pela rede Globo para programações locais são periféricos. O *RBS Notícias*, entre as novelas das seis e das sete, quando os trabalhadores estão chegando em casa, ou ainda nem chegaram; o *Estúdio Santa Catarina*, domingo à noite, depois do humorístico *Sai de Baixo*, que dificilmente poderá ser assistido por aqueles que trabalham na segunda; o *Bom Dia Santa Catarina*, às 6:45, quando o público está acordando para ir trabalhar; o *Campo e Lavoura*, praticamente nas madrugadas de Domingo, quando o agricultor que geralmente trabalha até sábado à noite está descansando; o *RBS Comunidade*, exibido depois do *Campo e Lavoura*, entre 6 e 7 horas; o *RBS Esporte*, no sábado a tarde....

Quanto ao "padrão Globo de qualidade", Souza aponta a obrigatoriedade das afiliadas de se submeterem a tudo o que a Globo impõe, sob pena de perderem o direito de retransmissão. Cita como exemplo a TV Coligadas de Blumenau, que não seguiu o "padrão Globo de qualidade" e perdeu o direito de retransmitir a Globo na Região do Vale do Itajaí. Em 1981, a TV Coligadas foi comprada pelo Grupo RBS.

A TV Aratu, na Bahia, é outro exemplo de rejeição ao "padrão Globo de qualidade". Conforme o



Carlos Alberto foi obrigado a retirar da capa nome e logo da RBS e Globo

autor, a emissora estava operando com equipamentos obsoletos e não buscava anunciantes. Beneficiado pela amizade com Roberto Marinho, Antônio Carlos Magalhães, então ministro das Comunicações na presidência de José Sarney, ganhou o direito de retransmitir a TV Globo no Estado através de sua emissora, a TV Bahia.

Seguir o "padrão Globo de qualidade" custou caro à RBS. Além disso, algumas investidas empresariais não deram muito certo. "Entre elas o desastroso ingresso no mercado de telefonia, que gerou uma crise na empresa, com demissões de funcionários e venda das ações de algumas empresas, entre elas o Consórcio BCP e o Shopping Praia de Belas, que geraram inúmeras dívidas, atrasando algumas iniciativas, entre elas os investimentos na TV por assinatura."

Aniversariante - Souza apurou que alguns dos índices de audiência da programação local estão acima da média global. Em contrapartida, os outros que não foram divulgados pelo Diário Catarinense, estão muito abaixo da média, o que explica porque não foram publicados.

Por pressões da RBS, que ameaçou a Editora e o autor com processo por uso indevido da logomarca da empresa, a reitoria da Univali mandou recolher todos os exemplares. Para a empresa gaúcha, a capa era "muito agressiva" e difamava não só a RBS, mas também a Globo. Mas para Souza o motivo é outro: "eles se irritaram com o conteúdo do livro e

não tiveram como desmentir as conclusões da dissertação". Ele acrescenta que dizer para um aniversariante (a RBS comemora 20 anos em Santa Catarina em 1999) que ele "não pode representar as pessoas que finge tanto privilegiar e provar que não é 'amiga da comunidade', é no mínimo constrangedor".

Conforme o autor, a obrigação de editar uma segunda capa encareceu o livro. "A versão original ia ser lançada a R\$ 12,00 e seu preço nas livrarias seria de R\$ 15,00. Agora, estou lançando o livro a R\$ 15,00 e seu preço nas livrarias será de R\$ 18,00".

Para Souza, "o poder da RBS é inquestionável e o lado comercial da empresa é mui-

to forte." Mas ele garante que apesar disso não fez nenhuma alteração no conteúdo: "Não mexi nem na contracapa, que também queriam mudar".

O jornalista justifica a escolha do tema pelo fato de haver poucos estudos disponíveis sobre o assunto. "Só conheço dois: o da Dulce Márcia Cruz (*Televisão e Negócio - A RBS em Santa Catarina*, Florianópolis, UFSC/FURB, 1996) que fala das estratégias comerciais, retratadas por ela como muito bem sucedidas e do Paulo Scarduelli (*Network de Bombacha: os segredos da TV regional da RBS*, São Paulo, 1996. Dissertação de Mestrado), que segue a mesma linha da Dulce". Para ele, nenhum dos dois estudos retrata a verdade sobre a Rede Brasil Sul em Santa Catarina, "pois não têm uma visão crítica".

Dulce Márcia Cruz defende seu livro dizendo que "criticar não é só falar mal, mas sobretudo falar a verdade". Segundo ela, seu livro pode não falar mal da RBS, mas nem por isso deixa de ser crítico, "pois mostra as estratégias empresariais e políticas de uma empresa de fora do Estado que obteve grande sucesso em SC. Qualquer grupo de comunicação que fizer o que a RBS fez vai ter o mesmo resultado", sustenta a autora.

Ditadura - Segundo o cientista político e professor de sociologia da UFSC Itamar Aguiar "é inadmissível que em plena virada para o século XXI nos deparemos com um fato desses". Para ele, a censura deve ser combatida com todos os meios. "Não podemos nos deixar monitorar pela ditadura do mais forte, no caso a RBS, que quer impedir a todo custo que qualquer obra que fale a verdade sobre ele seja publicada".

Valdecir Becker

Negócio mal feito com espanhóis descapitaliza RBS

Conforme pesquisa do autor, que cita o *Jornal Falando Sério*, de outubro de 1998, "a compra da CRT, em parceria com os espanhóis, tornou-se motivo de ironia entre os empresários do país. O desastroso negócio começou a ruir quando a Telefonica comprou a Telesp e foi obrigada a desistir da sociedade com a RBS, pois a legislação impede que um mesmo grupo controle mais de uma operadora de telefonia fixa".

Diante desse fato, a RBS seria obrigada contratualmente a comprar 4,10% das ações destinadas aos funcionários da CRT e teria que pagar R\$ 96 milhões pelas ações que valiam apenas R\$ 9 milhões. Em outro problema financeiro da empresa, a RBS desembolsou US\$ 40,5 milhões para resgatar 80% dos eurobônus, lançadas em 1995, na Europa e nos EUA. Isso porque os investidores decidiram resgatar os títulos nos três anos previstos nas cláusulas do contrato. Em entrevista à *Gazeta Mercantil*, o presidente do Grupo Nelson Sirotsky atribuiu o fato "à boataria em torno das dificuldades que a RBS estaria enfrentando".

A crise nunca foi confirmada oficialmente pela RBS, mas a demissão de 300 funcionários, a venda de 16% da participação no Shopping Praia de Belas, em Porto Alegre, a venda das ações no Consórcio BCP, que opera telefonia móvel em SP e no Nordeste, e, mais recentemente, a venda do ZAZ, segundo maior provedor de internet do país, confirmam que as contas do grupo gaúcho não andam muito bem.

Manobra de Amin duplicou dívida do Estado

Rombo foi de R\$ 2,1 bilhões, mas deputada diz que crise seria evitada com crédito de R\$ 175 milhões

A oposição acusa o governo estadual de ter praticamente duplicado a dívida histórica do Estado, com a manobra de federalização do Banco do Estado de Santa Catarina (BESC) para fazer caixa, e afirma que se o banco continuasse público não seria necessário todo esse dinheiro para recuperá-lo. O valor da dívida contraída pelo governador Esperidião Amin foi de R\$ 2,129 bilhões, a serem pagos em 30 anos com juros de 6% ao ano. O contrato que transferiu o controle do BESC para o governo federal foi assinado no dia 30 de setembro, via Internet, depois de muita disputa entre governistas e oposição.

A deputada Ideli Salvatti (PT) denuncia que "esses valores exorbitantes extrapolam de uma maneira irresponsável e criminoso todo o entendimento acerca dos números do BESC". Ela explica que o banco tem a receber um ativo no valor aproximado de R\$ 175 milhões, proveniente do Fundo de Compensação de Variação Salarial - crédito originado nos contratos de financiamento habitacional - que o próprio governo federal não honrou. "Se esse montante tivesse sido repassado ao BESC na época em que começaram os boatos acerca da falta de liquidez do banco, por si só já capitalizaria o banco, com sobras", critica a deputada.

Ideli acusa o governo de estar fazendo um "jogo de cena" e diz que seu grande objetivo é vender o BESC e para isso o banco precisa estar "enxuto", sem dívida alguma. Ela afirma que para sanear o banco, deixando-o no poder estadual, o valor necessário não ultrapassaria R\$ 250 milhões. No entanto, segundo a deputada, a política de privatizações do governo FHC permitiu ao Banco Central emprestar dinheiro ao Estado somente no caso da federalização do banco, mesmo sendo o valor para isso muito superior ao necessário para o simples saneamento.

Gastos inúteis - Com base nos valores divulgados, Ideli Salvatti exemplifica que os R\$ 400 milhões destinados ao Programa de Demissões Incentivadas não seriam necessários. "Além disso, também não seria necessário provisionar R\$ 250 milhões para 20 anos de aposentadorias da Fundação de Seguridade Social do conglomerado BESC (Fusesc)", completou Ideli. A deputada também fala com ironia sobre o valor destinado a investimentos em tecnologia. "Desconfio que um investimento de até R\$ 30 milhões nessa área é um tanto exagerado, talvez o nosso governador esteja negociando diretamente com o Bill Gates, aí é outro negócio", critica Ideli.

"Para fazer caixa e viabilizar o governo dele, Amin não reluta em botar fora um importante instrumento de política econômica, como é o BESC" alega a deputada. Ela acrescenta que



"tudo não passa de uma armação para poder 'tocar' o governo. É uma maneira fácil de passar à sociedade, daqui a 30, 40, anos o resgate dessa dívida". O presidente do Sindicato dos Empregados em Estabelecimentos Bancários de Florianópolis e Região (SEEB), Rogério Soares Fernandes, afirma que o BESC é só o começo. "Amin vai vender a Casan, a Celesc, toda e qualquer empresa, enquanto os catarinenses não se levantarem contra essa dizimação do patrimônio público", alerta o sindicalista.

O secretário da Fazenda, Antônio Carlos Vieira (PPB), garante que não há como fazer caixa porque o dinheiro vem "carimbado". Ideli Salvatti concorda que na cláusula primeira do contrato entre a União e o Estado está assegurado que os recursos financeiros não podem ser utilizados em outros fins ou compensados de uma finalidade para outra. "Isto é o que reza o contrato, porém podemos esperar de tudo", adverte a deputada. Ela atenta que esse valor exorbitante deixa dívidas e margens a desconfiar, mesmo que ele seja disponibilizado em etapas, obedecendo a um cronograma de desembolso. "Nós como representantes do povo, e a sociedade como nossos fiscais, deveremos ficar atentos", alerta a deputada.

Terrorismo - Dados internos do banco demonstram que quando o jornalista Ricardo Boechat anunciou, dia 19 de setembro, no *Bom-Dia Brasil* da Rede Globo, que o BESC poderia ser liquidado em algumas horas, o banco detinha R\$ 1,7 bilhão entre depósitos à vista, a prazo, poupança e fundos de aplicação. Ideli Salvatti afirma que com este valor é impossível acontecer a liquidação de qualquer banco. "Foi puro terrorismo", destaca a deputada.

Ela alega que todo o processo de federalização não foi uma questão financeira, mas sim política, porque o

BESC é viável e estável. "Caso contrário não sobreviveria a todo esse furacão no primeiro semestre", argumenta Ideli. "Os rumores sobre a federalização do banco iniciaram em janeiro deste ano e o BESC permaneceu estável durante quase sete meses", acrescenta a deputada.

O presidente do Besc, Victor Fontana, rebateu em seus depoimentos à CPI que a estabilidade do banco era mantida por uma alta liquidez falsa porque o BESC captava a taxas bem superiores às de mercado para criar essa imagem e que, na verdade, o banco nunca teve uma liquidez de R\$ 800 milhões. Fontana disse que a deliberação do Banco Central de não aceitar os números do balanço de 1998 foi acatada sem discussão porque o órgão é a autoridade máxima do País.

A instabilidade no BESC começou quando o balanço de 98 da instituição deixou de ser publicado. "Isso baixou a credibilidade do banco a zero", declarou a gerente-geral da agência do Rio de Janeiro, Luzia Aparecida França Vieira. Segundo ela, os grandes clientes analisam os números e verificam a margem para seus investimentos, e sem a publicação do balanço não houve investimento. O presidente do conselho de administração do BESC e secretário estadual da Fazenda, Antônio Carlos Vieira, concorda que a falta dos números avaliando o desempenho do banco afastou os investidores, mas afirma que foi o Banco Central que não os aprovou. Vieira reconheceu na decisão do BC a política de privatizar todos os bancos estaduais. Segundo constatou Luzia, todos

os bancos estaduais que tiveram seus balanços retidos pelo BC foram federalizados ou privatizados.

Fechamentos e demissões - A direção do BESC destaca que os 800 mil correntistas do banco não vão sofrer perdas em suas contas ou aplicações financeiras. Todos os contratos já assinados serão mantidos. O que aconteceu foi o fechamento temporário das linhas de crédito, até que a nova direção do banco defina as novas estratégias.

Foi constatado, no entanto, que o fechamento de várias agências deficitárias e a redução do número de funcionários pode provocar reflexos no atendimento e prejudicar os clientes. O governo espera que metade dos cer-

funcionários do BESC têm estabilidade garantida. Aproximadamente 65% dos empregados do banco são associados ao sindicato, e o objetivo do mesmo é convencer esses e os outros funcionários de que a melhor opção é manter-se empregado no banco. "O mercado de trabalho não está fácil, principalmente para pessoas que geralmente trabalharam a vida inteira em um banco", alerta o presidente do sindicato.

Rogério afirma que o Sindicato pretende, a exemplo do Banespa, que foi federalizado há dois anos e até hoje resiste à privatização, lutar também para reverter o processo de privatização do BESC. Segundo o presidente da instituição, de forma isolada eles não tinham muita perspectiva, e decidiram, então, organizar o Movimento Unificado Contra as Privatizações. Os objetivos do Mucap são conscientizar as pessoas das consequências das privatizações e defender, além do BESC, a Casan, a Celesc, a Escola Técnica Federal de Santa Catarina e até a UFSC.

Agências pioneiras - O governador Esperidião Amin se comprometeu a manter as 147 agências pioneiras do BESC, destinando cerca de R\$ 20 milhões anuais do orçamento do Estado para mantê-las. São municípios onde o BESC tem a única agência bancária ou posto de atendimento a que os moradores podem recorrer. A perda dessas agências afetaria toda a economia do município, já que até os aposentados teriam que recorrer a outras cidades para receberem seus salários. "O problema é repassar os gastos dessas agências ao Estado, uma vez

Os valores da dívida do Estado (em milhões de reais)

Programa de Demissões Incentivadas - PDI	428,00
Fundação CODESC de Seguridade Social - FUSESC	250,00
Investimentos em tecnologia	30,00
Capitalização	620,30
Fundos para contingências fiscais, trabalhistas, cíveis e outros passivos	100,00
Aquisição de ativos do Besc pelo Estado	643,70
Aquisição de imóveis não de uso, do Besc, pelo Estado	39,65
Quitação de dívidas do Estado junto ao Besc	18,00

ca de 5 mil funcionários alistem-se no Programa de Demissões Voluntárias (PDV), medida que reduziria a média de 30 funcionários por agência para apenas nove. O presidente do SEEB, no entanto, afirma que o número de funcionários já é reduzido e o banco não vai conseguir se manter com apenas 2.500 empregados. "A não ser que reduzam os postos de atendimento, que são aproximadamente 600", explica Rogério.

A posição do sindicato é contra o PDV e eles pretendem convencer os empregados a não aderir ao programa, principalmente porque eles não correm o risco de serem demitidos, já que

que o BESC, agora, está sob o poder federal e brevemente pode estar sob o poder privado", critica o presidente do SEEB. O governador se justifica dizendo que embora a responsabilidade seja do governo estadual, os recursos virão da União, através do orçamento e do Plano Plurianual. O presidente do Sindicato dos Bancários afirma que isso é incoerente. "Primeiro o governador abre mão do banco, e agora resolve lançar recursos do Estado para manter as agências pioneiras", critica Rogério Soares.

Fernanda Souza

Fusão torna Viacom 3ª maior do mundo

Dona dos estúdios cinematográficos da Paramount Pictures e da cadeia de locadoras de vídeo Blockbuster, a Viacom adquire agora por US\$ 37,7 bilhões a rede de televisão CBS, uma das três maiores dos Estados Unidos. As duas empresas juntas possuem faturamento anual de mais de US\$ 21 bilhões. Com a fusão, a maior na indústria da mídia até hoje, a nova empresa terá um valor estimado em US\$ 80 bilhões. A Viacom passa a ser a segunda maior megacorporação de mídia no mundo, atrás apenas da Time Warner. A Walt Disney passa a ocupar o terceiro lugar no setor, fechando o ciclo dos grandes conglomerados que controlam a mídia nos Estados Unidos. A arrancada da Viacom para estar entre os gigantes começou em 1987, quando Summer Redstone passou a controlar a empresa, que na época apenas produzia programas para a TV. Sete anos depois, ao comprar a Paramount Communications e a Blockbuster Entertainment Group, Redstone transformou a Viacom em uma grande corporação em relação aos seus concorrentes nos Estados Unidos. O império de Redstone inclui também diversos canais de TV a cabo, como MTV, Showtime e Nickelodeon, além de estações de rádio, TV, cinco parques temáticos e uma editora de livros. "Nossa união será o rei", disse Redstone ao anunciar a fusão, ao lado do executivo-chefe da CBS, Mel Karmazin, que será o diretor de operações da nova empresa. "Seremos líderes globais em todos os aspectos da indústria de mídia e entretenimento". O sonho dos dois não está longe. A transação deve ser fechada no primeiro semestre de 2000, se aprovada por instituições reguladoras do mercado americano. Segundo os especialistas, as empresas de mídia devem continuar a política de integração "vertical", e novas fusões e aquisições devem surgir. Operações como essas são favorecidas pela falta de controle do governo norte-americano sobre as telecomunicações. Além disso, a Comissão Federal de Comunicações (FCC) autorizou, em agosto, o controle de empresas de televisão sobre mais de um canal em uma mesma cidade. A partir daí, as grandes cadeias nacionais saíram em uma busca frenética por canais de televisão em todo o país. Depois da CBS, especula-se que a NBC, a USA Networks e a Paxson Communications sejam as próximas redes de televisão a se aliam com os milionários estúdios cinematográficos.

A número 1

MCI/WorldCom compra Sprint, passa a ser líder mundial e desafia governo dos EUA

A WorldCom, que havia comprado a MCI em 1997, agora engole a Sprint, respectivamente a segunda e a terceira maior operadora de telecomunicações de longa distância nos Estados Unidos. Uma incorporação disfarçada de fusão, da ordem de US\$ 129 bilhões, algo parecido com tudo o que o Brasil espera investir em telecomunicações na próxima década. A operação está causando uma enorme dor de cabeça aos órgãos reguladores norte-americanos e brasileiros.

Só a Sprint é avaliada em quase US\$ 40 bilhões e sua telefonia celular, muito bem-conceituada, é estimada em US\$ 33 bilhões. A MCI/WorldCom vale US\$ 151 bilhões, mais que a líder do mercado, a AT&T, avaliada em US\$ 140 bilhões. Juntas, as empresas vão deter 30% desse mercado. Isso, claro, se a Comissão Federal de Comunicação (FCC), agência reguladora norte-americana, ratificar a concentração MCI/WorldCom/Sprint, decisão aguardada para até 15 de dezembro.

Até lá, a Agência de Nacional de Telecomunicações (Anatel), clone da FCC americana, estará observando os movimentos da Embratel e da Intelig, esta espelho daquela. É que a Sprint controla 25% da Intelig, que vai concorrer na telefonia de longa distância com a Embratel, cuja dona é a MCI. "Isso fere a legislação brasileira que proíbe a existência de duas operadoras sob um só comando empresarial", explica Renato Guerreiro, presidente da Anatel.

Ele adiantou que entre as alternativas para essa fusão, está a cassação de uma ou das duas licenças de funcionamento das operadoras. A Anatel poderá determinar que uma das operadoras se retire do controle acionário da empresa e do acordo de acionistas que dá poder de mando sobre suas atividades. Pela Lei Geral das Telecomunicações, a MCI só poderia afastar-se do controle da Embratel em 2003, quando a privatização faz cinco anos. Nesse caso, a opção mais provável é a retirada da participação de 25% da Sprint na Intelig. A MCI tem 100% das ações da Embratel.

Para evitar a cassação, a Anatel já comunicou à operadora americana Sprint que se afaste das decisões da Intelig, mesmo antes de uma decisão formal sobre o destino da empresa no País. O diretor-consultor da agência, José Leite Pereira Filho, acredita que essa seria a fórmula mais adequada para evitar constrangimentos políticos e legais para a empresa concorrente da Embratel, que se prepara para entrar em operação no fim de dezembro.

Só que a Sprint ameaçou não apenas retirar a sua participação de 25% na Intelig, como também seus funcionários, caso ela realmente tenha que abrir mão dessa participação. Afinal, é a Sprint que está desenvolvendo o marketing e a estrutura operacional da Intelig. "A venda de sua participação na empresa deverá causar a saída de funcionários importantes, o que acabaria atrapalhando os planos da operadora de conquistar uma parcela significativa do mercado no curto prazo", diz Andy Castonguay, analista especializado em telecomunicações da Pyramid Research, em São Paulo.

Com isso, a Intelig deve entrar em campo com forças reduzidas para competir com a Embratel. A Sprint parece não ter muita escolha por causa da recém-anunciada fusão de suas operações com a MCI/WorldCom. A maioria dos analistas acredita que a Sprint desistirá de sua participação na Intelig, mas a empresa brasileira deverá enfrentar dificuldades se a equipe de sua controladora norte-americana também resolver abandoná-la.

Oligopólio de um só - A Tele Centro Sul (TCS) e a Telemar, duas outras *holdings* de telefonia, estão cobrando uma decisão rápida da Anatel para que seja outorgada uma permissão para competir com a Embratel e a Intelig nas ligações interurbanas nacionais e internacionais. O presidente da TCS, Henrique Neves, encaminhou um pedido formal à Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel) para que seja outorgada permissão nesse sentido por pelo menos 18 meses.

A TCS, formada pela Telecom Italia, Opportunity e fundos de pensão, e a Telemar fundamentam o pedido em indícios de formação de monopólio nas chamadas de longa distância. As empresas querem poder explorar as ligações interurbanas enquanto não houver decisão sobre a presença da operadora americana Sprint na Intelig, empresa-espelho da Embratel, cuja dona é a MCI. Até que o assunto seja definido, as duas empresas poderão operar no mercado brasileiro, sem restrições.

De acordo com o pedido da TCS, tanto a Lei Geral das Telecomunicações quanto o Plano Geral de Outorgas permitem que seja dada permissão provisória para prestação de serviços de telecomunicações "em face de situação excepcional comprometedor do funcionamento do serviço". Para garantir a competição no setor, a TCS argumenta que "o caminho para evitar o indesejável monopólio" é possibilitar que as operadoras regionais façam as ligações interurbanas nacionais e internacionais.

Outro argumento utilizado pela *holding* é o tempo estimado para análise dos efeitos da fusão entre a MCI e a Sprint no País. Nos Estados Unidos, o assunto deverá demorar cerca de 10 meses para ser apreciado. "Eis que, por fatos supervenientes e imprevistos, produtos do fenômeno da globalização, as empresas que deveriam disputar o mercado tornam-se coligadas", afirmou Neves em correspondência ao presidente da Anatel, Renato Guerreiro. "Ora, um mercado oligopolizado por duas coligadas é um monopólio."

O vice-presidente de marketing da Telemar, Juarez de Queiroz, cobrou uma decisão rápida da Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel) e do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade) sobre a fusão das norte-americanas MCI e Sprint. "Nos Estados Unidos, esse negócio ainda deve demorar uns sete a oito meses para ser aprovado, mas o Brasil não pode esperar", afirmou.

Segundo Queiroz, a gestão operacional de marketing da Intelig, empresa espelho da Embratel, é feita pela Sprint, e isso agora deixará de ser segre-

do industrial para a MCI. "O plano de ampliar a concorrência nas telecomunicações ficará prejudicado na longa distância, o monopólio voltará por cerca de um ano se ninguém tomar providências logo".

Mas, se a Sprint sair da Intelig, o problema não estará inteiramente resolvido, alerta o executivo. A France Telecom (FT), que tem 25% da Intelig, é detentora de 10% da Sprint. Com a fusão, a FT ficaria com uma participação indireta na Embratel. "A fusão dará poder de fogo à Embratel e a Intelig", continua Queiroz.

Ianques preocupados - Nos Estados Unidos, a preocupação com o monopólio das telecomunicações vem desde 1997, quando a WorldCom comprou a MCI. William Kennard, o presidente da Federal Communications Commission (FCC), fez uma advertência: "Nós estamos a apenas uma fusão de um nível indevido de concentração nas telecomunicações." A confirmação da aquisição da Sprint pela MCI/WorldCom por US\$ 129 bilhões levou Kennard a soar o alarme e levantar a bandeira da defesa dos consumidores, cujos interesses é pago para zelar.

"A competição produziu uma guerra de preços no mercado de longa distância", disse o presidente da FCC. "Essa fusão parece ser uma rendição; como isso pode ser bom para os consumidores?" Kennard avisou que as duas empresas terão "o pesado fardo de mostrar os benefícios do negócio para os consumidores" antes de verem sua fusão aprovada. Vários políticos manifestaram-se no mesmo sentido.

A compra da Sprint pela MCI WorldCom não foi negociada com o objetivo de reduzir preços ou melhorar os serviços que elas prestam separadamente. Não se espera que o negócio, a maior fusão empresarial da história, tenha esse resultado, tanto que os presidentes e diretores das duas companhias não se deram ao trabalho de enfatizar esses argumentos.

Scott Cleland, analista da Legg Mason Precursor Group, explicou a razão por trás da bilionária transação: "O jogo, hoje, nas telecomunicações é escala, escala, escala". Não foi esse o jogo que a administração Clinton e o Congresso republicano prometeram aos americanos quando aprovaram, em 1996, a histórica lei que desregulamentou as telecomunicações. A promessa era que haveria mais competição.

Três anos e dezenas de fusões depois, há menos. As sete *baby bells*, as empresas telefônicas regionais que surgiram da quebra do monopólio da AT&T, em 1984, estão reduzidas a quatro. As três companhias especializadas em operações de longa distância encolheram para duas com a compra da Sprint pela MCI WorldCom. E a líder continua a ser a AT&T, que tem 60% do mercado de longa distância (a área que lhe foi originalmente reservada pela lei que rompeu seu monopólio), e acesso por cabo a mais 40% das residências, que garantiu com a compra de duas grandes empresas do setor, a TCI e a MediaOne, e um contrato de *leasing* da rede da Time-Warner, a maior operadora de TV a cabo dos EUA.

Textos:
Olavo Pereira Oliveira

Cartel nega dívidas com a receita

Continua o impasse entre o governo federal e a Empresa Brasileira de Telecomunicações (Embratel) quanto ao débito tributário de R\$ 1,3 bilhão que a empresa teria adquirido, antes da privatização, com a Secretaria da Receita Federal. A dívida está sendo cobrada da empresa norte-americana MCI/WorldCom, que venceu o leilão de privatização da Embratel em junho do ano passado. A empresa não quer reconhecê-la, afirmando que comprou a estatal, por R\$ 2,7 bilhões, sem saber que a dívida existia e que seria cobrada diretamente dela.

O vice-presidente da MCI/WorldCom, Daniel Crawford, afirma, em uma carta pessoal ao ministro das Comunicações, Pimenta da Veiga, que o item nº 6 do Protocolo e Justificação da Cisão da Telebrás, um dos documentos do *data room* da privatização do Sistema Telebrás, "confirma que a Embratel não é a responsável por pagamento dessa magnitude". Ele também diz que, na hipótese de que os impostos sejam realmente devidos, o fato de terem sido produzidos antes da privatização implicaria a responsabilidade à Telebrás e não aos novos donos da Embratel.

Luigi Massimo Bianchi, diretor econômico-financeiro da Embratel, disse que a empresa quebrará "caso tenha de pagar esses impostos". Segundo uma fonte próxima à empresa, "a MCI não teria concordado em pagar US\$ 2,7 bilhões se soubesse que teria de pagar mais US\$ 1,3 bilhão".

Luiz Carlos Mendonça de Barros, ex-ministro das Comunicações que comandou o processo de privatização, não admite o argumento de que a dívida da Embratel com a Receita Federal não constava dos dados da estatal no *data room* do Sistema Telebrás. "Eles (a MCI) incorporaram esse passivo ao preço que ofertaram pela Embratel e acharam que não havia problema", disse o ex-ministro ao criticar a posição da empresa americana. "É a típica situação de quem comprou e quer aproveitar a situação para tirar uma casquinha", conclui. Para ele, em qualquer negócio, quando se compra uma empresa assume-se suas dívidas.

Pimenta da Veiga confirmou que os dados a respeito do débito da Embratel constavam do *data room* do Sistema Telebrás. Ele disse que os questionamentos feitos por um concorrente sobre o tema eram transmitidas aos demais interessados. "Ninguém pode alegar que desconhecia o débito", afirmou. O ministro insistiu que a MCI poderá devolver a Embratel se tiver dúvidas sobre a posição ética do governo brasileiro durante o processo de privatização.

Mendonça de Barros recorda que a Receita só passou a cobrar esse débito depois da privatização, em julho de 1998, embora a dívida fosse relativa a

1996. Hoje a dívida chega a R\$ 1,3 bilhão e seu parcelamento, segundo ele, foi uma proposta feita pela Receita. O ex-ministro lembra que em agosto de 1998 a MCI o procurou pessoalmente para tratar do assunto. "Falei com o (Pedro) Malan e depois com o (Luiz Carlos) Sturzenegger (ex-procurador da Fazenda Nacional) para colocar o problema", disse. "Mas como tudo que aparece no Ministério da Fazenda vai parar na gaveta e ninguém se preocupa, o assunto só voltou agora, com todo esse tamanho", afirmou.

Em Washington, o vice-presidente de Marketing Global, Jorge Rodriguez, reafirmou que a empresa não tinha conhecimento da dívida. Segundo ele, no acordo de privatização não havia nenhuma indicação de que os compradores teriam de arcar com um volume tão alto de impostos não pagos.

Eles sabiam - O argumento de que a MCI/WorldCom desconhecia completamente a dívida é falso, pois documentos comprovam que a empresa tentou incluir a dívida da Embratel no relatório final que encerrou o processo de privatização da Telebrás, publicado em agosto no Diário Oficial. Em pelo menos duas cartas e em um recurso administrativo a empresa atribuiu a dívida à Telebrás residual, que administra os funcionários cedidos à Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel). Segundo uma autoridade ligada ao processo de privatização, se esse pedido tivesse sido acatado, o governo teria assumido potencialmente a dívida com a Receita Federal.

Em carta enviada ao ministro das Comunicações, em 29 de julho deste ano, Crawford apresentou essa possibilidade como uma "solução técnica". "Acreditamos que essa nova informação oferece ao governo do Brasil, à Telebrás e à Embratel uma forma de desenvolver uma solução técnica que vai proteger os direitos legítimos de todos os acionistas da Embratel, sem perturbar os procedimentos da Receita Federal sobre essas pendências fiscais", afirmou na carta.

Em uma correspondência anterior, de 23 de julho, assinada por representantes da Embratel (operadora), da Embratel Participações e da MCI/WorldCom, foi pedido que a Comissão Especial de Supervisão da Privatização não encerrasse o processo de desestatização do Sistema Telebrás, adiando a publicação do relatório final. O artigo 204 da Lei Geral das Telecomunicações estabelece que até 30 dias após a venda das ações preferenciais aos empregados da Telebrás deveria ser publicado um relatório sobre a privatização.

Menos de uma semana depois, Crawford insistiu na questão: "antes que o relatório seja divulgado, acreditamos que a Comissão Especial deva le-

var em consideração a dívida potencial da Telebrás relacionada aos pagamentos internacionais e recomendar que a Telebrás assumia qualquer eventual dívida da Embratel".

"Se a Receita Federal e/ou o Conselho de Contribuintes decidir finalmente que esse imposto não é devido, o problema estará resolvido", prosseguiu. "No entanto, se a conclusão for contrária, a Telebrás deverá cumprir as obrigações definidas na documentação da cisão".

Ao longo dos dois meses em que o *data room* esteve aberto, várias consultas sobre débitos da Embratel com a Receita Federal foram feitas, até pela própria MCI. Em julho, por exemplo, os responsáveis pelos dados responderam a uma pergunta feita pela Sprint dizendo que a Embratel não recolhia Imposto de Renda sobre o tráfego mútuo, que envolve operadoras estrangeiras.

Possibilidade remota - Durante o período de privatização, o governo federal considerava remotas as possibilidades de a dívida da Embratel com a Receita Federal ser paga, pois o débito não era reconhecido. Essa avaliação foi passada várias vezes aos consórcios interessados na compra da Embratel ao longo do período de privatização.

"A possibilidade de autuação nunca foi considerada provável", disse o advogado Antonio de Azevedo Sodré, responsável pelas auditorias nos passivos das estatais e coordenador do *data room* do Sistema Telebrás, que reunia os dados sigilosos das empresas, sobre sua situação financeira e comercial. "Havia o entendimento de que a dívida até poderia chegar a ser cobrada, mas a defesa contra o pagamento teria grandes possibilidades de êxito", disse.

A dívida cobrada pela Receita Federal, segundo uma autoridade ligada ao governo, somaria R\$ 800 milhões e não R\$ 1,3 bilhão. Seriam R\$ 250 milhões do "tráfego entrante" e R\$ 550 milhões do "sainte". Desde a privatização, a Embratel já pagou R\$ 50 milhões de Imposto de Renda relativos ao "tráfego entrante", o que na visão da Receita Federal, significaria que a empresa reconhece os débitos anteriores.

Crawford, em reunião com Pimenta da Veiga e outros representantes do governo, voltou a afirmar categoricamente que a empresa não é responsável pelos impostos devidos. Segundo uma nota publicada pela Embratel, a empresa fez as contas e concluiu que a dívida em questão é de cerca de R\$ 351 milhões, incluindo juros e multas. A empresa está fazendo sua defesa em instância administrativa. Ainda segundo a nota, a Embratel continuará a pagar imposto sobre a receita operacional líquida de chamadas internacionais até que a controvérsia fiscal seja resolvida.

Textos: Olavo Pereira Oliveira

MCI pode devolver Embratel se duvida do governo

As fusões e aquisições, que se transformaram no maior fenômeno empresarial do final deste milênio, estão desafiando o poder dos governos e dos órgãos de defesa da concorrência dos países. Entre janeiro e setembro deste ano, essas operações somaram US\$ 2,2 trilhões no mundo, pouco menos de um quarto do Produto Interno Bruto (PIB) norte-americano, de US\$ 8,87 trilhões, segundo a Thomson Financial Securities.

As fusões não só estão criando grandes conglomerados, como também provocando a "invasão" de fronteiras. De acordo com o jornal espanhol *El País*, esse movimento parece estar cada vez mais longe do fim. Dados da KPMG, uma das maiores empresas de consultoria do mundo, confirmam que somente no primeiro semestre deste ano as companhias européias fecharam negócios fora de seus países no valor de US\$ 256,76 bilhões. Isso representa o dobro do montante registrado pelas 663 aquisições realizadas por empresas norte-americanas fora dos Estados Unidos, no mesmo período.

Analistas afirmam, entretanto, que as fusões costumam dar certo apenas no início por causa da redução dos custos. "A longo prazo, é necessário superar a mescla de culturas, inovar e lançar novos produtos, que é o que faz aumentar as vendas e o número de empregos", dizem os analistas. Uma pesquisa da Andersen Consulting mostra, por exemplo, que apenas 23% das fusões já consolidadas alcan-

Fusões movimentam US\$ 2,2 tri só neste ano e criam oligopólios

çam os objetivos pretendidos. Do total, 30% fracassam e 47% têm resultados diferentes dos planejados inicialmente.

Além da observação desses aspectos, as fusões e aquisições estão pondo em xeque a capacidade dos órgãos reguladores do mercado, os poderes políticos de cada país e a posição de domínio do mercado. A operação entre a Totalfina e a Elf, por exemplo, depende ainda de uma decisão da Comissão Européia, órgão executivo da União Européia. Nos Estados Unidos, a compra da Sprint pela MCI ainda tem de passar por vários "filtros". Um deles é o dos acionistas, o outro é da Comissão Federal de Comunicações (FCC).

Uma das preocupações é que a onda de fusões na área de tele-

comunicações nos EUA, que começou em 1996, acabe com a concorrência nos serviços de telefonia móvel e na Internet. De acordo com a Securities Data, esse setor passou a ser o centro das atenções dos órgãos reguladores de mercado. É nele que se concentra o maior número de fusões e aquisições entre empresas. Foram US\$ 79 bilhões em operações no terceiro trimestre do ano.

Num primeiro momento, a principal causa dessa onda de fusões e aquisições é a necessidade de crescer para competir num mundo globalizado, diz o jornal *El País*. Entretanto o "objetivo imediato, que atua como motor desse processo, é a redução de custos". Uma pesquisa recente da Andersen Consulting, realizada com 214 executivos de primeiro escalão que participaram de fusões em todo o mundo, mostra que a maioria - cerca de 85% - teve como objetivo inicial a redução de custos. Apenas 15% responderam que a meta era crescer.

Entre outras grandes fusões da história estão a das petrolíferas Mobil com a Exxon, por US\$ 74 bilhões; a da Citicorp com o Travelers Group, por US\$ 70 bilhões; a da Ameritech com a SBC, por US\$ 69,8 bilhões; a da GTE Corporation com a Bell Atlantic por US\$ 68,34 bilhões; a da Amoco com a British Petroleum, por US\$ 52 bilhões; a da Airtouch com a Vodafone, por US\$ 57,8 bilhões e a do NationsBank com o BankAmerica, por US\$ 59,4 bilhões.

Universidade teme ensino à distância

Rejeição de tecnologias pode levar à dependência externa

A onda tecnológica que inaugurou a era da informação está varrendo o terreno da educação. Videoconferência, Internet, correio eletrônico e programas educacionais derrubam barreiras de tempo, distância e custo no processo de ensinar e aprender, prometendo acesso irrestrito ao conhecimento. O ensino a distância surge como área estratégica de pesquisa, e núcleos brasileiros despontam no cenário mundial.

Mas a enxurrada de novas tecnologias também arrasta conceitos antes sólidos nas escolas e universidades - que têm a própria existência posta em questão - gerando temor e desconfiança. A falta de incentivo e a resistência ao avanço do ensino a distância por parte do governo e das instituições de ensino põem a educação no país sob o risco de ficar represada em uma era de dependência externa.

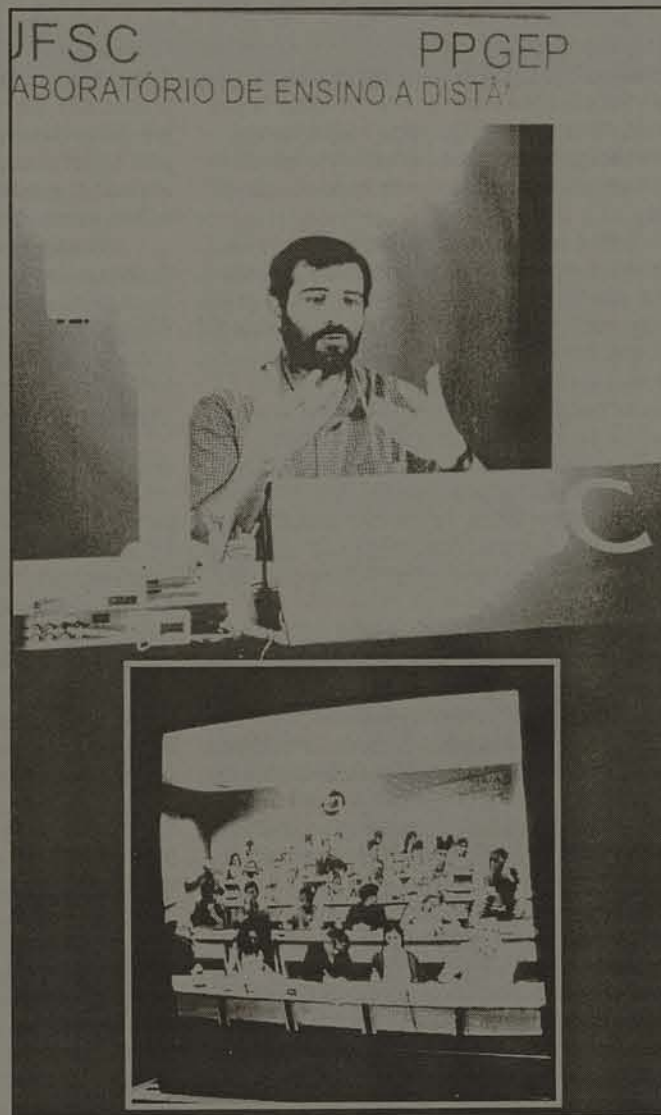
"Estamos fazendo um certo darwinismo" - brinca Ricardo Bácia, diretor do Laboratório de Ensino a Distância da Universidade Federal de Santa Catarina - "ou nos adaptamos, ou morremos". Centro de referência nacional, o LED é responsável por 29 cursos de especialização, mestrado e doutorado em Engenharia de Produção apoiados em videoconferência e Internet. Ministrados em Florianópolis, os cursos têm quase 800 alunos distribuídos em cerca de 30 cidades brasileiras. Incluindo cursos de capacitação profissional, o LED treinou desde 96 mais de 179 mil alunos, de professores do ensino básico a professores-doutores.

O Brasil é um dos poucos países da América Latina que não tem implantado um sistema público de educação superior a distância. Foi com a atual Lei de Diretrizes e Bases da Educação, de 1996, que o ensino a distância obteve amparo legal. Em março deste ano, o Ministério da Educação credenciou as duas primeiras universidades brasileiras para a oferta de cursos de graduação a distância: as federais do Pará (Matemática) e do Ceará (Matemática, Física, Química e Biologia). Em pós-graduação, outras universidades além da UFSC, como as federais do Paraná, São Paulo e Campinas, oferecem cursos a distância, mas eles não são reconhecidos pelo MEC.

A primeira proposta para ensino superior a distância foi feita pelo MEC em 1972, depois de uma avaliação do então novo modelo da *Open University* da Inglaterra. O sistema fora reconhecido como capaz de ampliar o acesso à educação superior e servir como meio de educação permanente. Desde então, vários projetos de lei propondo a criação de uma universidade aberta brasileira tramitaram no Congresso, mas acabaram sempre arquivados.

Reserva de mercado - Há um medo difundido das transformações que o ensino a distância pode produzir nas universidades - afetando desde o espaço físico, passando pelas metodologias de ensino até o papel dos professores. O emprego de páginas de Internet, correio eletrônico e videoconferência permite que professores alcancem quantos alunos forem, com alta interatividade, em qualquer ponto do planeta. O número potencial de alunos se amplia à medida que os custos se reduzem. A ênfase passa do "ensinar" para o "aprender". O professor deixa de ser o único detentor do saber, assumindo o

papel de orientador dos estudos, e o aluno, livre dos horários de aula, pode prosseguir em seu próprio ritmo e conciliar estudos e profissão. "Não adianta o MEC e os cursos tradicionais resistirem para fazer reserva de mercado", diz a professora Dóris de Faria, coordenadora de um projeto de ensino a distância na Universidade de Brasília. "Não podemos fechar os olhos e negar o processo tecnológico."



UFSC treinou 179 mil com videoconferências e Internet

Com vocação para a informação nova e diversificada, os cursos via Internet tendem a aproximar universidade e setor produtivo, atendendo à crescente demanda de formação e qualificação profissional. Os cursos de pós-graduação desenvolvidos pelo LED em Santa Catarina estão voltados principalmente a profissionais atuantes no setor produtivo, que podem estudar sem sair do ambiente de trabalho e moldar o aprendizado às necessidades de suas empresas. Duas turmas de executivos da Petrobrás reunindo 48 alunos, por exemplo, cursam o mestrado em Logística assistindo às aulas em 12 pontos do país, de Manaus a Porto Alegre. As aulas por videoconferência são geradas em um estúdio do LED e transmitidas a salas especialmente equipadas para a comunicação simultânea entre professor e alunos (encontros via videoconferência são considerados presenciais pelo Supremo Tribunal Federal, que emprega a tecnologia para que réus prestem depoimento sem sair da prisão). Via Internet, eles realizam outras atividades pedagógicas orientadas pelo professor, além de receberem pelo correio fitas VHS e materiais impressos.

O desenvolvimento do LED vem sendo trilhado, na maior parte, à margem do financiamento governamental. Os recursos provêm dos cursos e programas de treinamento oferecidos a universidades e empresas como a Furb (Universidade Re-

gional de Blumenau), Siemens e Petrobrás. No projeto mais atual, o LED será parceiro do Massachusetts Institute of Technology (MIT), reconhecido como o mais avançado centro de pesquisas na área, em um programa de treinamento de executivos de Cingapura. "No Brasil, todo o mundo acha que ensino a distância é picaretagem", lamenta Ricardo Bácia. Ele e seus pesquisadores consideram, no entanto, que o LED "está criando condições objetivas para se colocar em xeque as resistências do meio acadêmico brasileiro quanto à eficácia da educação a distância, e, ao mesmo tempo, está contribuindo para a criação de uma cultura própria" na área.

Pegando a onda - A atuação do Ministério da Educação satisfaz o gerente administrativo do LED, Eduardo Lobo. Segundo ele, embora o MEC esteja concentrado no ensino fundamental e médio (em ações como o TV Escola e o Programa Nacional de Informática na Educação), vem apoiando a produção científica em ensino a distância. Em outubro, o Ministério distribuirá R\$ 42,5 mil em bolsas para pesquisas de mestrado e doutorado na área.

A professora Dóris de Faria, ao contrário, reclama da falta de incentivos públicos a projetos semelhantes ao que ela coordena. A Universidade Virtual do Centro-Oeste (www.universidadevirtual.br), um consórcio das sete universidades federais e estaduais da região, oferece cursos *on line* de Cardiologia, Radiologia, Saúde Coletiva, Língua Espanhola e Língua Portuguesa, entre outros, divididos em pós-graduação e extensão universitária. Os cursos prevêem avaliação - via internet ou presencial - e certificação. Os cursos pagos, como o de Radiologia Torácica Básica, que tem cerca de 60 horas e custa R\$ 140,00, ajudam a financiar os cursos gratuitos. Outra parte dos recursos vem das instituições que compõem o consórcio. "Não vamos ficar parados se o governo não der dinheiro", diz. "E o MEC não dá." O projeto enfrenta também, segundo Dóris, a oposição de professores e a "discriminação institucional" nas próprias universidades participantes. "O mais difícil é mudar a cabeça das pessoas". Por serem mais novas e terem menor resistência interna, afirma Dóris, as universidades federais do Mato Grosso e Mato Grosso do Sul estão tomando a dianteira no projeto, desenvolvendo cursos de licenciatura em nível de graduação.

Entre as transformações que, teme-se, a difusão do ensino a distância vai trazer, está o fim das atividades de pesquisa, responsáveis pela produção do conhecimento nas universidades. A professora da Universidade Federal de Minas Gerais Rosemary Soares, que não é contrária ao ensino a distância, teme no entanto que essa forma de ensino elimine dos currículos lições como senso crítico e liderança. "O professor deve ensinar a pensar", diz. Transpondo suas instituições ao mundo virtual, prevêem os críticos, os países não-desenvolvidos estariam se transformando em meros receptores do conhecimento produzido no primeiro mundo.

Talvez por isso mesmo esses países devam se preocupar em pegar a onda da educação a distância. "Ou fazemos aqui ou compramos lá de fora", diz Ricardo Bácia. O momento é favorável: no mundo todo, afirma o pesquisador, o conhecimento na área ainda é pouco avançado - mesmo nos Estados Unidos, onde metade das universidades oferece cursos via Internet. Dóris de Faria, porém, já vê um indício da iminência da dependência externa do Brasil: segundo suas informações, os cursos de graduação a distância das universidades recém-credenciadas pelo MEC serão importados do Canadá, comprados da *Athabasca Open University*, que oferece cursos em todas as áreas e atende anualmente 16 mil alunos na América do Norte. "Já perdemos a onda da produção de *hardware*, e depois de *software*", considera Dóris. "Agora poderemos perder a época de entrar na produção de conteúdos educacionais para a internet."

Leonardo Miranda - Zero

Leonardo Collares



Empresários decidem o futuro da cidade

O último Plano Diretor de Florianópolis, aprovado pela Câmara Municipal em 1998, continua gerando até hoje divergências entre a comunidade e os técnicos do Instituto de Planejamento Urbano de Florianópolis (IPUF), responsáveis pelo projeto. Um dos aspectos polêmicos é a liberação dos gabaritos dos prédios para até 18 andares em áreas específicas dos bairros Centro e Estreito. Outro é a intenção de criar um segundo centro na região do Campeche, capacitando-o para abrigar, em um futuro próximo, até 400 mil pessoas — a população de Florianópolis era de 271 mil em 1996.

O arquiteto Luiz Felipe Gama D'Eça, mentor do primeiro plano diretor da cidade, afirmou no início da década de 70 que "há um consenso entre os elaboradores dos planos diretores da cidade de transformar Florianópolis em uma metrópole", capaz de alcançar a atração política e econômica de São Paulo, Curitiba e Porto Alegre. Para Jorge Silva, membro do Centro de Estudos de Cultura e Cidadania (Cecca), entidade que mobilizou a comunidade para o debate público das diretrizes do novo plano, "o que fala mais alto em Florianópolis são os interesses imobiliários e o lucro imediato". Ele acrescenta que mudanças nos planos diretores são constantes: "os vereadores apresentam emendas parciais e com isso vão permitindo a manipulação legal pelos grandes empreiteiros". O substitutivo global é um exemplo: pretendia-se liberar os 18 andares de gabarito para toda o Distrito Sede, ou seja, a região ao redor do Morro da Cruz e Mangue do Itacorubi. O Cecca conseguiu junto à comunidade "após muita confusão" impedir que a emenda fosse aprovada.

Os planejadores do IPUF garantem que a verticalização e o adensamento populacional do centro aumentariam o índice de empregos. A rápida expansão urbana é considerada um processo irreversível. Segundo Jorge Silva, esse processo causa vários problemas sociológicos e ambientais, como o isolamento das pessoas, aumento da violência, problemas de circulação do ar e distribuição da luz solar — formando as "ilhas de calor" —, "além de quebrar a possibilidade de visualização das paisagens naturais, um dos maiores valores de Florianópolis".

Atraso visível - O primeiro esboço de planejamento urbano em Florianópolis aconteceu em 1954, quando havia preocupação em desenvolver a cidade, "visivelmente atrasada" em relação às outras capitais. Na época pretendia-se implantar um porto industrial no Estreito e um aterro insular para uma nova ligação viária entre a Ilha e o Continente. Nesse plano, o gabarito máximo permitido aos prédios da Beira-Mar Norte era de oito andares. No final da década de 50, após muitas divergências sobre o local ideal, foi instalado na Trindade o campus universitário, que resultou no crescimento desordenado do bairro a partir da década de 60, causando graves problemas de infra-estrutura que permanecem até hoje.

Em 1976 foi aprovado o primeiro Plano Diretor de Florianópolis, que tem servido de base para todos os posteriores. O projeto foi iniciado em 1969, após o governo federal decretar que somente cidades com planejamento urbano oficial receberiam recursos. Fazia parte da ideologia de desenvolvimento e integração nacional que o regime militar procurou implantar.

Segundo esta versão do Plano Diretor, a expansão urbana deveria ser direcionada para o sul da Ilha. Também havia recomendações de que a cidade deveria se expandir, no Continente, em direção à BR-101. Mas foi para o norte que a cidade acabou crescendo. Segundo a arquiteta e urbanista Maria Inês Sugai, autora da tese de mestrado *As intervenções Viárias e as Transformações do Espaço Urbano - A via de contorno Norte-Ilha*, defendida em 1994, foram interesses da elite dominante na época que alteraram os planos. Empresários teriam comprado terrenos na região Norte da Ilha (Canasvieiras, Jurerê, Ingleses) e alterado o plano para obterem benefícios. A implantação da UFSC e a formação da Trindade foram essenciais para esse redirecionamento.

A arquiteta disse que o governo federal deu US\$ 19 milhões para a construção da Via Expressa Sul e para o aterro e

alargamento da Avenida Beira-Mar Norte, que ligariam o Aeroporto Hercílio Luz, o Centro, a universidade e o norte da Ilha. Após algumas emendas, o investimento passou todo para a segunda obra que, iniciada em 1978, acabou custando mais de US\$ 23 milhões. A largura da pista, que inicialmente seria de 25 metros, foi ampliada para 43 metros, chegando a atingir em alguns pontos 107 metros de extensão. Sugai relaciona a alteração com a concentração de classes altas na região da avenida.

O Plano Diretor de 1976, que inicialmente abrangia toda a região da Grande Florianópolis, foi se restringindo à capital e tornou-se apenas um plano viário. Foram concluídas as obras

Elite alterou os planos para valorizar seus terrenos no norte da Ilha

da BR-101; a ponte Colombo Salles e a SC-401. Fazia parte do esquema do "milagre econômico" investir maciçamente nas rodovias, pois a indústria automobilística era a que mais crescia no Brasil. Várias construções históricas, como o lendário Miramar, foram derrubadas sem critério para a construção dessas vias. A

comunidade chegou a organizar-se para participar das decisões, mas suas sugestões aparentemente não foram nem ouvidas pelos planejadores.

Uma das maiores mudanças ocorridas na cidade foi o aterro de 372 mil metros quadrados da Baía Sul, no início da década de 70. A obra serviria para receber as vias de contorno da segunda ponte e a Via Expressa Sul, afastando o centro da cidade do mar (até então era possível enxergá-lo sentado num banco da Praça XV de Novembro) e causando vários inundações ao obstruir as galerias pluviais da região. Cinco anos após o término das obras, o aterro ainda estava abandonado. O Plano Diretor de 1976 prometia um enorme parque arborizado, com mais de mil vagas para estacionamento, quadras esportivas e cerca de 100 mil metros quadrados de área comercial. A única obra concretizada, entretanto, foi o terminal rodoviário Rita Maria, que deveria originalmente ser construído no Continente. Com o passar dos anos foram paralisados um Sambódromo e um Centro de Convenções.

O projeto do Sistema de Tratamento de Esgotos era um

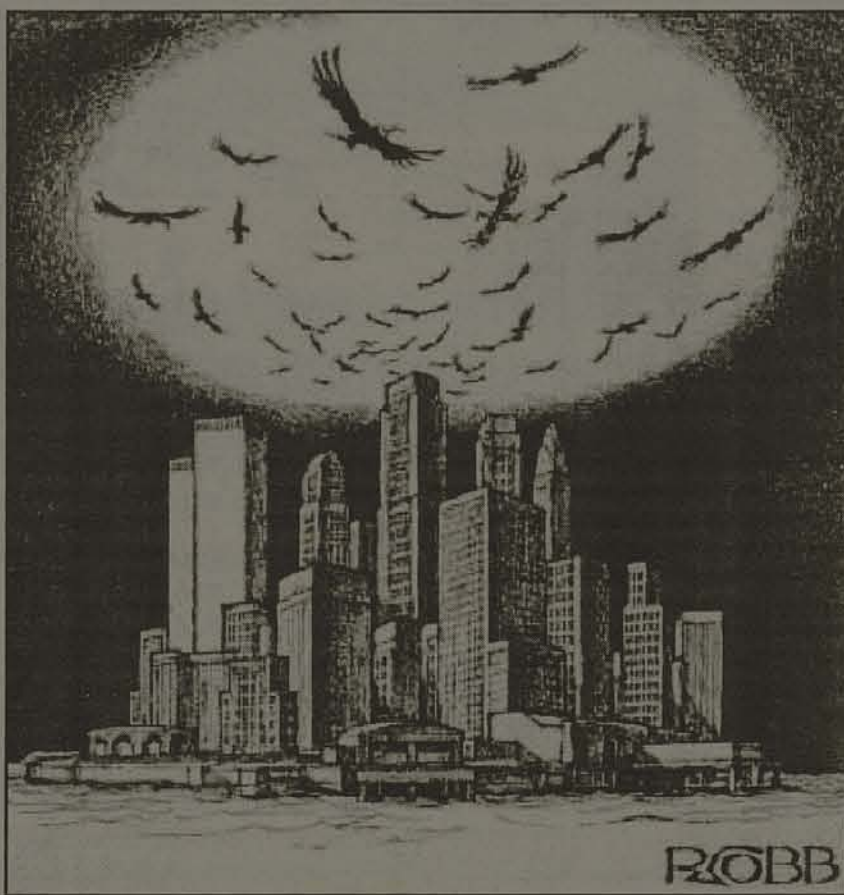
dos mais aguardados pela população. O Plano Diretor de 1976 previa duas estações coletoras, uma no Continente e outra na Ilha, e uma rede de 230 quilômetros de extensão que abrangeeria 80% da cidade. Previsto para 1974, foi adiado por falta de recursos. Em 1978 somente as obras da parte continental tinham sido iniciadas. Hoje, com o sistema inacabado, existem sérios problemas de infra-estrutura em toda Florianópolis: escoamento do esgoto, abastecimento de água, coleta de lixo, socorro de bombeiros.

Indignação - Em 1996 uma carta aberta à Câmara de Vereadores escrita por Sônia Felipe, moradora do bairro Carvoeira, e publicada no jornal ANCapital, revelava a preocupação comunitária com o aumento populacional descontrolado em detrimento da falta de infra-estrutura da cidade. Ela perguntou: "de onde os senhores farão brotar água para abastecer os edifícios de 18 andares em todos os bairros previstos, quando, a cada final de ano, somos ameaçados pela estiagem e pela Casan (responsável pelo tratamento do esgoto e abastecimento de água), que sabiamente nos alerta para que economizemos o que é realmente escasso?"

Na década de 80 foram feitos o Plano Diretor da Trindade (1982) e o Plano Diretor dos Balneários (1985), que pretendiam regulamentar a ocupação do bairro universitário e do Norte da Ilha. Ambos não foram muito além do loteamento das regiões. Atualmente tramitam na Câmara dos Vereadores os Planos Diretores do Campeche e do Santinho, ambos com questões controversas, como a construção de uma estrada sobre áreas de preservação ambiental permanente da praia do Santinho. Maria Inês Sugai disse que todos esses planos foram arquitetados por *lobby* imobiliário e turístico, "interessados em disputar esses espaços". Ela afirmou que as classes altas "concentram-se e segmentam-se" nas regiões centrais de Florianópolis, "pegando dinheiro público e investindo sempre no mesmo lugar, onde estão instalados".

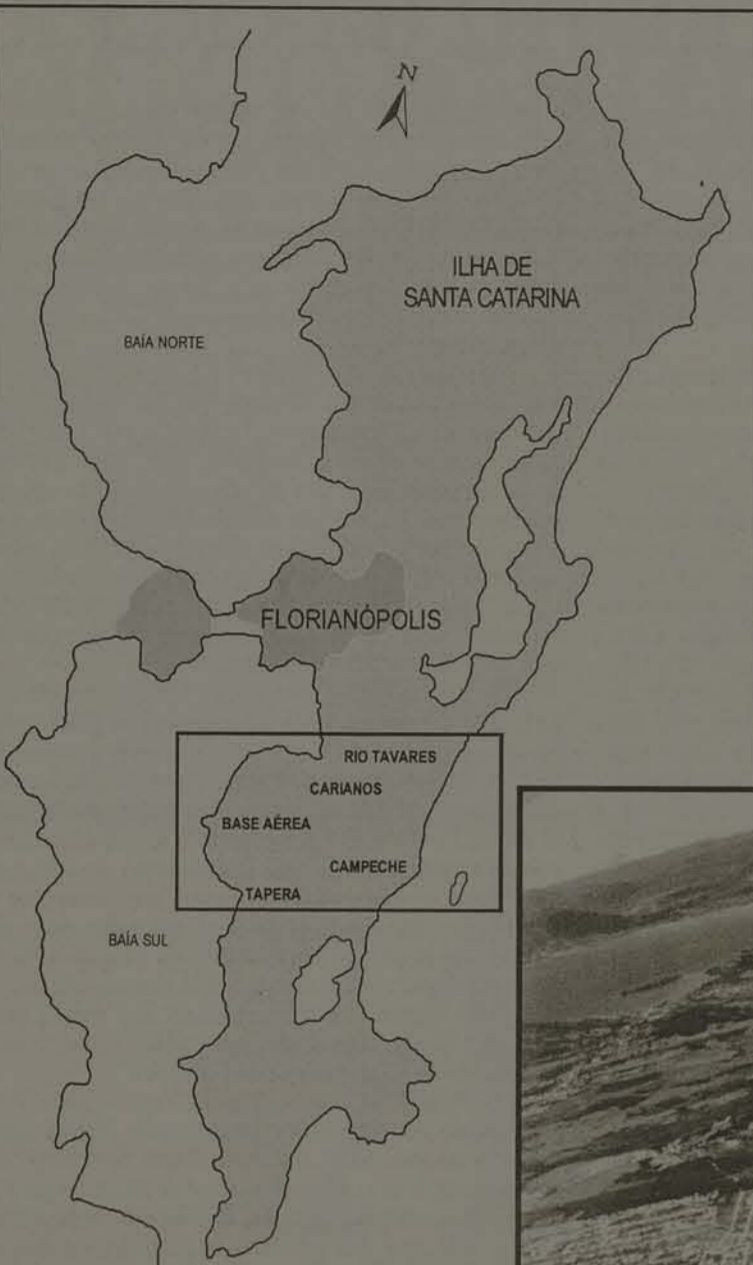
Durante o mandato do prefeito Sérgio Grandó (PPS) foi apresentado um novo Plano Diretor para o Distrito Sede. Na época, o gabarito de 18 andares e outras diretrizes, como o aterramento de uma área do mangue de Itacorubi para construção de residências, já eram amplamente recusados pela comunidade, que pela primeira vez participava efetivamente das discussões sobre o futuro da cidade. Entretanto os técnicos do IPUF não acataram nem metade das sugestões dadas pelos cidadãos. Houve até um projeto de lei, reprovado, sugerindo a eliminação da participação pública nas decisões do plano através das associações de moradores, Sessões Públicas e do Conselho Municipal de Desenvolvimento Urbano (CMDU).

Etienee Luiz Silva, que em vida foi professor de Economia da UFSC e diretor de planejamento do IPUF, escreveu em 1996 um artigo dizendo que "a participação pública no projeto esboçou algumas dezenas de emendas que se não constituem um corpo integrado ao novo Plano, melhoraram qualitativamente as propostas do IPUF, que não teve a ousadia necessária para propor algo realmente novo como impõem a realidade terminal das áreas verdes centrais e os evidentes limites do adensamento urbano". Segundo o IPUF, Florianópolis tem cerca de cinco metros quadrados de área verde por habitante, muito abaixo do recomendado pela Organização Mundial da Saúde, que é de 12 metros por habitante. Jorge Silva afirmou que os técnicos do órgão "continuam não pensando nas especificidades naturais e culturais da cidade, ainda acreditando no modelo ultrapassado de uma grande metrópole em Florianópolis".



Leonardo Laps

IPUF atropela leis e ignora a comunidade



Ocupação irregular atinge áreas verdes

Habitada por cerca de 40 mil pessoas, a "Planície Entremares", como foi apelidada pelo IPUF, tem uma das maiores taxas de crescimento populacional - e de ocupação irregular - da Ilha de Santa Catarina. Estende-se do Porto da Lagoa ao Morro das Pedras (norte-sul) e do Campeche a Carianos (leste-oeste), numa área de 65 km², sendo que mais de 26% dela é de preservação permanente. Compreende os bairros do Campeche, Rio Tavares, Carianos, Aeroporto, Fazenda do Rio Tavares, Porto da Lagoa, Morro das Pedras, Alto Ribeirão e Tapera. O cordão de dunas litorâneas, os mangues do Rio Tavares e da Tapera, o Morrote e o Morro do Lampião (únicos morros da região) são cobertos por mata atlântica. Um abundante lençol freático abastece toda a planície com água de boa qualidade.

Para o Instituto de Planejamento Urbano de Florianópolis (IPUF), o Plano de Desenvolvimento da Planície Entremares desenha uma nova cidade no sul da ilha de Santa Catarina: organiza a inevitável expansão populacional, põe fim à ocupação irregular e impulsiona a indústria de base tecnológica e do turismo. Para parte dos moradores e técnicos de diversas áreas o plano destrói fauna e flora, acaba com o modo de vida tradicional na região e impulsiona um crescimento populacional que leva ao colapso ecológico. Está prestes a ser decidida pela Câmara dos Vereadores a disputa de dez anos entre poder público e comunidades em torno da ocupação territorial da planície do Campeche, o último grande território plano urbanizável da ilha, que compreende também os bairros Rio Tavares, Carianos, Aeroporto, Fazenda do Rio Tavares, Porto da Lagoa, Morro das Pedras, Alto Ribeirão e Tapera.

Embora o presidente da Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), Michel Curi, tenha afirmado que a proposta despreze leis ambientais, os 14 projetos de lei que compõem o plano diretor da região passaram para a Comissão de Meio Ambiente. De lá, o plano segue para a Comissão de Vias e Obras e finalmente vai para a votação em plenário. O presidente da Comissão de Meio Ambiente, Misael Mendes, quer ouvir opositores e defensores. Sua impressão inicial é de que o plano privilegia o sistema viário em detrimento de aspectos sociais e ambientais.

Na análise da advogada Érica Queiroz, membro da Comissão de Meio Ambiente da Ordem dos Advogados do Brasil de Santa Catarina, a aprovação e execução do plano diretor do Campeche infringiria diversas leis de proteção ao meio ambiente, a começar pela Constituição Federal (veja tabela). O IPUF garante, em documento enviado aos moradores, que o plano respeita todas as áreas de preservação permanente definidas em lei e demarcadas pelos órgãos ambientais, "sem fazer uma aplicação estreita das legislações questionáveis". Ao mesmo tempo considera que "se fosse respeitar toda a legislação, não daria para urbanizar a cidade", como disse um técnico do órgão em reunião com a comunidade. A pedido da Amocam, a Comissão de Meio Ambiente da OAB está preparando um parecer sobre o plano. Se este for aprovado na Câmara, os moradores recorrerão à justiça.

Um plano diretor define como o solo será utilizado: por onde passarão ruas, avenidas e estradas, onde ficarão as residências, os hotéis, as indústrias, os hospitais, as escolas etc. Diz à administração pública onde construir as vias de tráfego e aos empresários e moradores onde podem construir. Segundo o Plano de Desenvolvimento da Planície Entremares, uma via expressa com 40m de faixa de domínio (área que compreende ciclovia e canteiros) será construída junto às dunas litorâneas, estendendo-se por 10 km desde a Lagoa da Conceição até o Morro das Pedras e integrando um anel-viário ao redor da ilha.

A região será dividida em 24 bairros, apelidados de Unidades Espaciais de Planejamento (UEPs), separadas por um sistema de vias expressas em forma de grade. Ruas com 20 a 30m de faixa de domínio, com comércio e residências, dividirão esses bairros em grandes quadras. Segundo o IPUF, as obras para a implantação do plano serão executadas em 20 anos por uma companhia urbanizadora de economia mista a ser criada, reunindo setor público, empresas privadas e entidades comunitárias.

As últimas negociações entre moradores e IPUF, intermediadas pela Comissão de Constituição e Justiça e encerradas no final de setembro, resultaram em poucas alterações consensuais do plano. O traçado da via costeira será afastado das dunas, onde será demarcado o Complexo Parque

Orla do Campeche, e a via que contorna o Morro do Lampião, na encosta, não será mais construída. Mas os moradores não estão satisfeitos - acham que os principais pontos alvos de suas críticas permanecem. A Associação dos Moradores do Campeche procura agora mobilizar uma parcela maior da população da planície para formular um plano alternativo, que será proposto como substitutivo ao do Instituto de Planejamento.

"Hiperdimensionado" - A capacidade populacional do Plano de Desenvolvimento da Planície Entremares é a pedra fundamental da crítica. Com o plano, o IPUF pretende preparar a região para abrigar, em 20 anos, uma população de até 390 mil habitantes - quase 50% maior que a população de Florianópolis em 1996, na época de 271 mil habitantes. A projeção foi feita a partir da taxa de crescimento de 14% ao ano, número estimado pela Celes, e resultou numa densidade demográfica que o Instituto considera "baixíssima, segundo todos os padrões técnicos": 75 habitantes por hectare. Os críticos questionam o cálculo e antecipam os problemas ambientais decorrentes de uma população desse porte.

O arquiteto e urbanista Paulo Marcos Rizzo considera o plano "hiperdimensionado". Ele calcula, com base em dados do IBGE, que a população de todo o município de Florianópolis deverá chegar, em 50 anos, a 450 mil habitantes, se mantida a taxa de crescimento da última década. O engenheiro ambiental João de Deus, como outros opositores, afirma que o plano está "deliberadamente induzindo uma ocupação maior que a que tem ocorrido".

O Dossiê Campeche, resultado de um seminário realizado em 1997, reúne essas e outras críticas ao plano. Na resposta ao documento, o IPUF argumenta que o zoneamento não induz, mas organiza, a urbanização. Os técnicos do órgão - o diretor, Carlos Alberto Riederer, e os arquitetos Amilton Vergara, Jeanine Tavares e José Rodrigues da Rocha - afirmaram que "a análise demográfica do relatório beira a hilaridade" e que "embora os atuais residentes sonhem em evitar que novos moradores ocupem seu paraíso, o crescimento da região é inevitável".

Campeche sem água - Com a urbanização projetada, moradores e técnicos como João de Deus, diretor do Centro de Ciências Biológicas da UFSC, temem que seja impossível abastecer de água toda a população da região.

O lençol freático sob a planície atende cerca de 40 mil habitantes através do Sistema de Abastecimento de Água Costa Leste/Sul. A Companhia Catarinense de Águas e Saneamento (Casan) pretende ampliar o sistema aproveitando a Lagoa do Peri como manancial de abastecimento, e calcula que poderá abastecer 147 mil pessoas - menos que metade da capacidade do plano. Existe ainda a ameaça de contaminação do lençol freático pelos esgotos domésticos e de seu esgotamento, devido a uma possível impermeabilização do solo, que impediria a recarga pela água da chuva.

O IPUF atribui à Casan a responsabilidade pelo problema do abastecimento de água, mas aponta como possíveis soluções a utilização de mananciais continentais e a dessalinização da água. Essas alternativas, por sua vez, são classificadas pelos opositores como de alto custo ou inviáveis tecnicamente. Segundo o IPUF a contaminação do lençol freático será evitada com a rede de drenagem e as três estações de tratamento de esgoto previstas no plano. A impermeabilização do solo é um "delírio ambientalista ou um erro crasso de escala", já que as vias e edificações ocuparão 32% da área do plano, conforme cálculos do órgão.

A via costeira, segundo análise de moradores e técnicos, pavimentaria mui-

tos pontos de restinga e de dunas e exigiria grande quantidade de desapropriações. As dunas são área de preservação permanente e patrimônio natural e paisagístico municipal. Os ambientes de restinga, explica a bióloga Tereza Cristina

Barbosa, presidente da Amocam, são importantes na alimentação e nidificação de aves, entre as quais espécies migratórias vindas da América do Norte. O IPUF diz respeitar todas as áreas de preservação permanente, como as dunas.

A Lagoa Pequena poderia sofrer um processo de salinização devido ao rompimento da ligação entre lagoa, dunas e mar, afirma Tereza. Isso porque o plano prevê a ocupação da área entre a lagoa e as dunas, já bastante degradada por anos de ocupações irregulares. Outra lagoa, a da Chica, também tombada como patrimônio natural e paisagístico da cidade, aparece nos mapas do plano no entroncamento entre duas vias com 40m de faixa de domínio, deixando uma dúvida sobre sua possível urbanização. O IPUF garante que ela não será aterrada para a construção de uma rótula, mas protegida de invasões. Também paira a dúvida sobre o futuro do Manguezal do Rio Tavares, o segundo maior da ilha, protegido como reserva extrativista marinha. Tem-se que ele seja parcialmente aterrado para a construção de um dos parques tecnológicos. O IPUF desmente a previsão.



Fotos: Tereza Barbosa - Amocam

Plano do Campeche quer abrigar população de 350 mil a mais do que a atual

Leonardo Collares

IPUF DESRESPEITA A LEI	POR QUE	O QUE O IPUF ALEGA
Constituição Federal de 1988 Política Nacional de Meio Ambiente (Lei 6.938/81)	Não há compatibilidade entre desenvolvimento e manutenção ou melhoria da qualidade de vida para as atuais e futuras gerações, dado o impacto ambiental	Plano respeita todas as áreas de preservação permanente definidas em lei e demarcadas pelos órgãos ambientais, "sem fazer uma aplicação estreita de legislações questionáveis e não demarcadas";
Plano Nacional de Gerenciamento Costeiro (Lei 7.661/88)	Não são atendidas ações exigidas na lei, como a "não-fragmentação da unidade natural dos ecossistemas costeiros"	"Se o IPUF fosse respeitar toda a legislação, não daria para urbanizar a cidade"
Lei de Recursos Hídricos (9.433/)	Gestão do uso do solo não é acompanhada por gestão dos recursos hídricos, comprometidos pelo plano	Abastecimento de água pode ser suprido com aproveitamento de mananciais continentais ou dessalinização da água marinha; Está prevista infra-estrutura de saneamento básico;
Constituição do Estado de Santa	É proibida a aprovação de leis menos restritivas que aquelas em vigor - no caso, o Plano Diretor dos Balneários, de 1985 - até aprovação do Plano Estadual de Gerenciamento Costeiro	Proibição é uma "afronta à autonomia municipal" e acelera a degradação ambiental; Plano diretor de 85 "deve ser revisto", porque fracassou em impedir a ocupação urbana "desenfreada e clandestina";
Código Florestal (Lei 4.771/65)	Poderá haver aterramento de parte do Manguezal do Rio Tavares; Via costeira passará sobre trechos do campo de dunas (também protegido pelo decreto municipal 112/85)	Não haverá aterramento; Plano respeita todas as áreas de preservação permanente, como campo de dunas e a Reserva do Pirajubaé (Manguezal do Rio Tavares);
Resolução 001/85 do Conselho Nacional de Meio Ambiente	Não foi feito estudo de impacto ambiental e relatório de impacto sobre o meio ambiente, obrigatórios para licenciamento de projetos urbanísticos acima de 100 hectares	Estudos não são necessários para a alteração de zonas já urbanas, mas apenas para a urbanização de zonas rurais (é o caso de 17% da área do plano)

Fonte: QUEIROZ, Érica Bezerra. *O Plano de Desenvolvimento do Campeche: aspectos jurídico-populares*. UFSC, Centro de Ciências Jurídicas, 1999. Monografia de conclusão de curso.

Plano diretor do IPUF divide a Planície do Campeche em 24 bairros, separados por um sistema de vias expressas em forma de grade



Tereza Barbosa - Amocam



Moradores do Campeche não querem catar bolinhas dos ricos

Delírio de tecnocratas prevê campo de golfe e autódromo

O plano diretor proposto pelo Instituto de Planejamento Urbano de Florianópolis (IPUF) pretende estabelecer no Campeche uma economia baseada em turismo, indústria tecnológica e educação. O IPUF quer evitar a "monocultura do turismo" e espera que os empreendimentos incentivados pelo plano gerem mais de 105 mil empregos. Estão previstos dois parques tecnológicos, na Fazenda do Rio Tavares e no Alto Ribeirão, para a instalação de indústrias, centros de pesquisa e de serviços, e escolas técnicas. Uma área de 250 hectares (2,5 km²) junto ao aeroporto está reservada para um novo campus da UFSC - parte da área já é de propriedade da universidade.

Três áreas para hotéis vão ser criadas no Porto da Lagoa, Morro das Pedras e Campeche - onde foi planejado também um centro de convenções. As áreas próximas ao mar serão definidas como turístico-residenciais, para receber pousadas, restaurantes e serviços. As ruas na zona de ruído do aeroporto serão aproveitadas para corridas de Fórmula-1, e em outra área da planície está previsto um campo de golfe.

Além da ameaça à fauna e flora, os moradores criticam o plano por causa do impacto sobre o modo de vida tradicional na região. As vias de trânsito rápido previstas, segundo eles, vão segmentar a população em bairros isolados e o zoneamento vai prejudicar a

população de baixa renda. "O que os moradores vão fazer, catar bolinhas de golfe?", ironiza Janice Tirelli, da Associação dos Moradores do Campeche (Amocam), que considera "ilusórias" as estimativas de novos empregos do IPUF. Como outros críticos, ela considera, além disso, que o plano produzirá uma "segregação de classes", reservando locais de atração paisagística para os grandes empreendimentos imobiliários.

Os novos postos de trabalho realmente não se destinam aos atuais moradores da planície: "eles serão uma pequena parcela da população no futuro", justifica o arquiteto responsável pelo plano, Amilton Vergara. Quanto ao isolamento espacial e eco-

nômico das comunidades, o IPUF responde que, ao zonear a orla marítima para uso turístico, está seguindo as leis de mercado, que valorizam essa área. "Não se pode conseguir atratividade turística com favelas", argumentam os planejadores.

Para a população de baixa renda, foram escolhidas "localizações economicamente viáveis", afastadas das praias mas com acesso garantido pelos "transportes de massas". As Unidades Espaciais de Planejamento não dividirão as comunidades, segundo os técnicos do órgão, pois correspondem ao território médio abrangido pelo ser humano - 1 km² a 2 km² -, e além disso estarão ligados entre si através de vias.

Protestos impedem aprovação do projeto

O planejamento do uso do solo, subsolo e água é um confronto de dez anos entre comunidades e IPUF, e foi retirado de votação na Câmara dos Vereadores por pressão popular em 1993 e mais uma vez em 1997. Em novembro de 1989, o órgão apresentou um esboço do plano diretor à Associação dos Moradores do Campeche (Amocam), que se opôs e produziu a primeira carta reclamando participação popular e cumprimento das leis ambientais.

Para o IPUF, os opositores são "ambientalistas primários" que "tentam definir os limites do crescimento da Ilha" e usam a proteção ao meio ambiente como "arma política" para "barrar projetos que não interessam aos militantes".

No final de 1992, o IPUF apresentou o plano à Câmara, mas os protestos da comunidade fizeram com que o projeto fosse retirado de votação no início de 1993, a pedido do então prefeito Sérgio Grandi: deveria haver mais discussões com a população.

A estratégia do IPUF para as discussões mudou em 1997: cada comunidade opinaria apenas sobre os respectivos minibairros (o plano divide a região em 24 Unidades Espaciais de Planejamento). A Amocam, por exemplo, poderia criticar a alocação de um Centro de Convenções no campo da aviação - área hoje utilizada para futebol, aeromodelismo e outras formas de lazer - mas não deveria reclamar da estrada que circundaria o

Morro do Lampião em sua encosta, e tampouco das avenidas vindas de outras UEPs.

No final daquele ano, um seminário reuniu moradores e técnicos de diversas áreas e resultou em um moção de repúdio ao plano e um extenso relatório com críticas e sugestões sobre o impacto ambiental, o desrespeito a leis ambientais e a restrição da participação popular na elaboração do plano. O Dossiê Campeche, subscrito por ONGs e as associações de moradores do Campeche, Rio Tavares, Areias e Porto da Lagoa, incluiu pareceres técnicos do Conselho Municipal de Defesa do Meio Ambiente (Comdema), do Departamento de Engenharia Sanitária e Ambiental e do Centro de Ciências Biológicas da UFSC, além de professores de Direito e Arquitetura.

A resposta do IPUF ao Dossiê Campeche desqualificou o documento como "extemporâneo", já que foi recebido 20 dias depois do prazo para sugestões, e pouco representativo. Para o IPUF, é um documento "pseudo-científico, prolixo, redundante, e erigido sobre bases falsas". Mesmo assim, o plano foi mais uma vez retirado da Câmara, em 1997. Os técnicos do IPUF "tratam o projeto como filho" e rejeitam qualquer tentativa de alteração, diz Janice Tirelli, da Amocam. O Complexo Parque Orla do Campeche, principal item do projeto substitutivo que está sendo preparado pelos moradores, prevê museus oceanográfico e de astronomia, jardim botânico e escola de pesca e navegação.

Textos: Leonardo Collares



Urbanização só para os *cumpadres*

Nova via de acesso ao Santinho passa por cima de dunas e moradores

O projeto do novo plano diretor para as praias de Ingleses e Santinho, mais conhecido como Plano do Santinho, promete mudanças que estão deixando alguns moradores indignados. Concluído em novembro do ano passado pelo Instituto de Planejamento Urbano de Florianópolis (IPUF), o projeto foi enviado à Câmara de Vereadores no dia 9 de setembro e atualmente encontra-se na comissão de justiça, sob a relatoria do vereador Içuriti Pereira do PMDB.

A principal discussão é em torno da construção de uma via alternativa de acesso à praia do Santinho, pois durante os meses de verão a avenida principal dos Ingleses, Dom João Becker, fica engarrafada. A nova rodovia, que começará na rua Intendente João Nunes Vieira (Ingleses), terá dois túneis, passará sobre as dunas e terminará próximo ao resort Costão do Santinho. Inconformados com o projeto da prefeitura, uma parcela da população dos Ingleses e do Santinho formou o movimento IlhAtiva em abril deste ano, afim de que sejam atendidas as necessidades básicas da população local, como esgoto, posto de saúde e escola e não apenas interesses imobiliários e turísticos dos grandes empreendedores locais.

Devido ao trajeto da nova estrada, casas terão de ser desapropriadas no Santinho e a comunidade da favela do Siri, que vive nas dunas dos Ingleses, será removida. O projeto de 230 páginas, entretanto, não informa para onde o pessoal da favela deverá ir, quantas pessoas terão de sair de suas casas, como será o processo de desapropriação ou como ficará o meio ambiente depois da construção da rodovia. Segundo o diretor do IPUF e engenheiro civil, Carlos Alberto Riederer, "menos de 20 residências serão atingidas", mas de acordo com Marcos Rocha, do IlhAtiva e morador há 18 anos do Santinho: "400 casas terão de sair, incluindo as da favela. Nós fizemos uma contagem com o mapa do IPUF nas mãos". Não se sabe até onde estes números são verdadeiros, mas eles retratam a falta de uma estimativa correta, dando margem a absurdos.

Empenhados em frear o andamento do projeto, os integrantes do IlhAtiva são figuras presentes na Câmara de Vereadores, usam camisetas do movimento, têm página na Internet e erguem a bandeira do desenvolvimento sustentado sem agressão à natureza. Encontram-se periodicamente e, nas reuniões, observa-se pessoas interessadas em evitar a desapropriação das próprias casas, e, outras poucas, em preservar o meio ambiente. O IlhAtiva pediu pareceres técnicos sobre o plano do Santinho à professores da UFSC especialistas nas áreas de Sociologia, Engenharia Sanitária, Arquitetura, Direito, Geografia e Acústica. Nesta última, o objetivo será fazer um estudo sobre o provável barulho que a estrada trará. Até o fechamento dessa edição somente os pareceres do Direito e da Geografia foram concluídos. Segundo Olga Cruz, geógrafa que analisou o projeto: "as propostas são colocadas de maneira muito resumida, deixando em suspenso muitas dúvidas. Uma delas é que a estrada passará em áreas de dunas, consideradas Áreas de Preservação Permanente - APP, contrariando a proposta do Plano do Santinho, que pretende preservar o meio ambiente". De acordo com José Rodrigues Rocha, diretor de planejamento do IPUF, em declaração à Folha do Norte da Ilha, "dos 8,6 quilômetros quadrados da área do plano, apenas 2,6 permitem a ocupação. Isso demonstra a nossa preocupação com as APP assim como em definir áreas de lazer, postos de saúde e outras necessidades da população".

"Com a nova estrada poderemos fazer com que haja duas vias de mão única: uma de ida e outra de vinda ao Santinho" - conta o diretor do IPUF - "Além de desafogar o trânsito, a rodovia deverá evitar que as dunas sejam invadidas por novas casas. Ela servirá como divisora da área residencial de preservação". Ele diz ainda que a fiscalização do meio ambiente para evitar futuras ocupações ficará por conta dos órgãos competentes e da comunidade. Quanto ao pessoal que já invadiu áreas de preservação, como a comunidade do Siri, Riederer afirma que "isso é com outro departamento da prefeitura, no IPUF nós apenas traçamos a diretriz que determinada região deve seguir". Com relação aos túneis "estes serão mais rápidos e baratos, pois a areia é mole e não há

necessidade de se dinamitar pedras como na BR-101. É uma técnica importada" - esclarece. O diretor do IPUF não soube precisar o valor da obra.

"Não seria mais racional colocar esse dinheiro da estrada na construção de um sistema de esgoto? Será que ninguém percebe o mal cheiro em determinadas áreas da praia dos Ingleses no verão?" - questiona Cristina Nunes, integrante do IlhAtiva e moradora dos Ingleses. "E o resto dos Ingleses? Esse plano só fala no Santinho. No verão, o centrinho dos Ingleses vira um caos." O IPUF responde que a Casan é encarregada desta parte e que ela deverá fazer um projeto. Na opinião de Cristina, a construção da estrada deverá atrair mais pessoas para a região e fará com que o ecossistema local seja prejudicado. "Esse plano foi elaborado sem a participação da comunidade. Quanto a estrada, o IPUF não fez nem um estudo de tráfego e, além disso, estamos privilegiando o transporte individual". Ela afirma que o custo-benefício do plano para a comunidade não é equivalente. "Essa construção visa resolver um problema de dois meses. Poderia ser pensada uma solução que utilizasse as vias de acesso já existentes".

De acordo com uma pesquisa feita em junho/julho, enco-

pescador Amilton, "ele (Fernando Marcondes) está comprando tudo para fazer um hotel. Ele já tem um lote aqui nas redondezas", diz. Amilton também pretende vender sua casa e ir morar, talvez, em Ponta das Canas. Mas para Gicélio, outro pescador, as coisas não são tão ruins, "apesar do Marcondes ser o dono dos terrenos ele vai deixar a gente pescar".

De acordo com a legislação, as terras próximas ao mar são concessões da Marinha por tempo indeterminado mas, se por algum motivo o governo julgar necessário a utilização destas áreas, os donos deverão entregá-las ao poder público. No caso dos pescadores, eles têm escritura de posse do terreno que pode ser repassada à terceiros. A Delegacia do Patrimônio da União - DPU, responsável pelo cadastramento e transferência dessas terras, às vezes nem sequer tem conhecimento da situação de algumas áreas, pois não existe mapeamento. O procedimento para regularização depende somente do proprietário que, para isso, terá que pagar a DPU 80% do valor do terreno.

Também de acordo com a legislação, sob a lei municipal 3.143/88, pôde-se construir o resort Costão do Santinho em áreas que antes eram de preservação ambiental. Atualmente o empre-



Sonho bacana de empresários: imagine uma avenida cortando a mata à esquerda, e dois túneis sob as dunas.

mendada pelo IlhAtiva em parceria com a Escola Técnica Federal de Santa Catarina, 82% dos 291 entrevistados que moram na região Ingleses/Santinho não tinham conhecimento do teor do plano. De acordo com a amostra, o pessoal da favela é o segmento da população que possui menor grau de informação à respeito do projeto. Segundo Riederer os moradores estão cientes: "Nós falamos com todas as associações da região e todas aprovaram o plano. A Cristina fundou o IlhAtiva por questões políticas, pois ela perdeu as eleições para o Conselho Comunitário do Balneário dos Ingleses - CCBI", afirma. A integrante do movimento defende-se e diz que houve boicote no pleito, que somente os presidentes das associações estão cientes do plano, "os outros integrantes não o aprovam ou não o conhecem" - declara.

Entretanto, não se pode perder muito tempo diante desse impasse pois "quanto mais tempo essa região ficar sem um plano diretor, pior ficará a situação e a ocupação tende a aumentar" - alerta Riederer. Realmente quem passeia pelo Santinho vê ruelas esburacadas e estreitas que desembocam em meio as dunas. Lá existem casas que não têm ligação elétrica e que estão totalmente irregulares, que invadem locais de preservação ambiental. O mais agravante é que a prefeitura sabe há tempos o que vem acontecendo, pois, para cobrar o IPTU, ela teve que mapear toda a região. Além disso, o IPUF admite que o próprio poder público colaborou para a atual situação, pois mesmo sabendo que a área é de preservação, a Casan e a Telesc fizeram as devidas ligações de água e luz. "Se algum morador entrar na justiça, o juiz concederá a água e a luz, pois, para a lei, primeiro vem a sobrevivência do indivíduo", afirma o diretor do IPUF.

Outra mudança que o Plano do Santinho promete é a construção de um pier para recepcionar navios turísticos em frente à histórica Igreja dos Ingleses, próxima do costão direito da praia. "Inicialmente, faremos um pier para que os pescadores escoem o pescado, depois, futuramente, este poderá ser ampliado para receber navios" - conta Riederer. Porém, segundo informação dos pescadores do local, o empresário Fernando Marcondes de Matos, dono do Costão do Santinho, está comprando as casas dos pescadores que vivem perto do costão direito dos Ingleses. Segundo o

endimento está sendo ampliado com a construção de um hotel internacional. A lei é bem clara quanto aos limites: "ao sul: linha da cumeada do promontório (morro) das Aranbas; ao norte: atual acesso à praia do Santinho; ao leste: Oceano Atlântico; ao oeste: dunas do Santinho". Segundo o diretor do IPUF, estão inclusas nesta lei "algumas ações compensatórias para um eventual prejuízo ao meio ambiente: o termo de ajustamento de condutas". Como exemplo prático, ele cita que o Costão é responsável por um posto de salva-vidas, "que atenda toda a praia". O local previsto para a implantação do posto será em frente ao Costão.

Politicagem - Até que se encontre uma alternativa ao problema, a estratégia é retardar ao máximo a tramitação do plano na Câmara. "O nosso objetivo é segurar esse projeto na Câmara até as eleições para prefeitura" - afirma o vereador Lázaro do PT. "Existe mais pressa em aprovar este plano, do que o do Campeche, criado em 1988" - completa. Lázaro diz que o dono do Costão do Santinho, "anda rondando a Câmara e convidando vereadores para debater o projeto, não na Câmara, mas em jantares no Costão" - completa. Na opinião da vereadora Lia Kleine do Pcdob, o plano "foi um ato arbitrário do Executivo que não ouviu os moradores".

Diante desta discussão, o assessor do vereador Içuriti, Célio Anaido dos Santos, responsável pela relatoria do projeto, diz que o parecer não dirá nem sim e nem não ao plano. "O presidente da comissão de justiça, Ptolomeu Bittencourt, do PFL, deverá convocar uma reunião com os assessores jurídicos da Câmara, do IPUF e do movimento IlhAtiva, afim de que se chegue a um consenso, pois esse projeto vai longe" - afirma o assessor. "Depois que tudo se resolver na comissão de justiça, o projeto será analisado pela FLORAM e pelo IBAMA" - completa.

Lázaro diz que a comissão de justiça é o trunfo dos moradores. "Nesta comissão nós teremos condições de obter um parecer contrário ao plano". Quanto as leis que estão sendo passadas para trás, o vereador afirma: "quando tem interesse, a Câmara passa por cima das leis, isso sempre acontece".

Ana Letícia Rosa

O homem que assustou multidões

Se Alfred Hitchcock estivesse vivo e tivesse patenteado suas idéias, hoje estaria ainda mais rico. Principalmente se levarmos em conta os últimos sucessos de bilheteria da temporada. Ao assistir *A bruxa de Blair*, *A casa amaldiçoada* ou *O sexto sentido*, a sensação de *déjà vu* é inevitável, já que em todos eles é possível identificar elementos tipicamente "hitchcockianos".

Os temas, os personagens e as técnicas são familiares, em parte porque Hitchcock os explorou cuidadosamente em clássicos como *Os pássaros*, *Um corpo que cai*, *Rebecca* e *Psicose* — este último, um filme com baixo orçamento que se transformou numa sensação de bilheteria, como *A bruxa de Blair*.



O trabalho de Hitchcock era inovador para sua época, e influenciou muitos autores, principalmente no gênero que acabou o consagrando: o suspense. Seu estilo inconfundível

"Sempre faça o público sofrer tanto quanto possível"

era extremamente visual, sempre priorizando a imagem ao diálogo, e freqüentemente usando o silêncio para aumentar a apreensão. Ele tinha capacidade de contar suas histórias da maneira mais direta possível, sem precisar recorrer a longas seqüências ou tediosas narrações para passar emoções como inveja, desconfiança, ciúme e desejo.

Desde seus primeiros filmes, o cineasta criava um método de trabalho baseado no rigoroso planejamento de todas as cenas. Ele não abria mão dos famosos *storyboards*, principalmente para as cenas de suspense. Antes das filmagens ele fazia desenhos das cenas, listando cada ângulo da câmera. Às vezes o planejamento era tão meticuloso que ele nem precisava aparecer nos sets de filmagens.

A maior preocupação de Hitchcock não era dar lição de moral ou transformar as pessoas, mas sim intrigá-las, comovê-las, cativá-las e, acima de tudo, fazê-las participar emocionalmente da narrativa que ele escolheu para conduzir.

A sua direção recusava a simples gravação de uma ação, preferindo pôr em evidência o personagem através do qual as coisas serão vistas e sentidas pelo público. Este personagem era constantemente filmado de frente e em close para que as pessoas pudessem se identificar com ele. A câmera o acompanhará em todos os movimentos deixando o personagem inteiro no enquadramento e, quando ele descobria algo de errado, a câmera permanecia por mais alguns segundos no seu rosto, aumentando a curiosidade do espectador.

Tempo real - Hitchcock foi um dos únicos cineastas a ter plena consciência sobre a interação dos três elementos constituintes do filme: a câmera (realização), a tela (projeção) e o público (o destinatário). O encontro desses três elementos caracterizava o conceito de cinema para o diretor. *Festim diabólico*, por exemplo, ficou célebre por ter apenas oito cortes (os planos só se interrompem para a troca de bobinas), reforçando a ilusão de que toda a narrativa se desenrolava diante do espectador em tempo real. O elenco ensaiou exaustivamente para rodar os longos planos-sequência.

Outra das obsessões de Alfred Hitchcock era o que chamava de "cinema puro", uma série de conceitos de representação e narrativa que, segundo ele, só se aplicavam à linguagem cinematográfica e ajudavam a criar suspense. Para o cineasta francês François Truffaut, o suspense hitchcockiano "não é a manipulação de cenas violentas, como habitualmente é considerado. Mas sim a dilatação de um espaço de tempo, o exagero em uma pausa, a ênfase em tudo aquilo que faz o nosso coração bater mais forte e um pouco mais rápido."

Em Hitchcock o mal se manifestava não apenas em atos de violência física, mas principalmente na forma de crueldade psicológica e institucional. *Psicose*, por exemplo, foi montado com o objetivo de fazer com que a violência na tela fosse reduzida no desenrolar da história, e de aumentar a sensação de violência na mente das pessoas. "Ao final do filme eu queria que o público sentisse, de verdade, a violência que eles nunca veriam na tela", disse Hitchcock em entrevista ao jornal *The New York Times* em 1969.

A intenção do diretor realmente deu certo. Na época do lançamento do filme um homem admitiu ter matado uma mulher após ter assistido *Psicose*. O diretor, no entanto, não acreditava que a violência no cinema tivesse efeito negativo nas pessoas, a não ser que essas já tivessem uma mente doentia. "E se o homem tivesse to-

mado um copo de leite antes de matar a mulher, então teríamos que proibir o consumo de leite?", argumentou Hitchcock.

Educação católica - O filme *The Lodger* (1926), sobre um estrangulador de Londres, foi o primeiro em que Hitchcock usou o seu característico método de construção dramática: ao invés de mostrar o verdadeiro criminoso no final, o diretor optou por mostrá-lo logo no início do filme. Assim o espectador torna-se cúmplice do herói em sua cruzada para provar inocência num crime pelo qual fora erroneamente acusado.

A transferência da culpa, ao lado do voyeurismo, medo e obsessão sexual são alguns dos temas mais recorrentes nos filmes do diretor. Talvez por causa da sua rígida educação católica, os personagens de Hitchcock constantemente lidavam com esses temas que sempre estiveram presentes em sua vida pessoal. *Janela Indiscreta*, *Um corpo que Cai* e em especial *Psicose*, são exemplos de filmes em que o diretor mais se expõe intimamente.

A fórmula da maioria dos filmes de Hitchcock era quase sempre a mesma, mas nunca dava errado: um homem é acusado de um crime que não cometeu. Em geral, ele tem uma ligação com alguma loira - a preferência de Hitchcock -, que junta-se ao injustiçado para provar sua inocência. No fim, tudo se esclarece.

Perícia e franqueza - Apesar do imenso sucesso de seus filmes, até a década de 50, Alfred Hitchcock era considerado apenas um diretor comercial. Seus críticos, apesar de admitirem sua apurada técnica para o entretenimento, acusavam-no de montar seus filmes em cima de histórias sem sentido, sem significância ou substância, como também de mostrar a natureza humana de uma forma falsa e cínica.

Entretanto, nos anos 50, jovens cineastas franceses e críticos da revista *Cahiers du Cinema* começaram a estudar a obra de Hitchcock, revelando elementos que até então haviam passado despercebidos, como o catolicismo do diretor e sua problemática relação com a sexualidade. O estudo também colocou em evidência a extrema eficiência do diretor na montagem das cenas, ângulos de câmaras e brilhante uso de edição paralela de ação simultânea. Quanto à acusação de que Hitchcock mostrava a natureza humana de uma forma falsa, os críticos franceses diziam que o diretor a mostrava da forma como ela era e não como ela deveria ser.

Hitchcock realmente se preocupava muito mais em criar tensão do que com a plausibilidade de suas histórias. O elemento principal de seus filmes era o que chamava de *McGuffin*, termo criado por ele para dar nome ao elemento-chave de suas histórias, quer seja o segredo, o documento ou qualquer coisa que os vilões estejam procurando ou tentando esconder. "A minha proposta é puramente sinistra. Eu acho que a maneira mais fácil de causar apreensão nas pessoas é surpreendê-las. Fazer do mais inocente membro do elenco o assassino; transformar o simpático vizinho em um perigoso espião", revelou Hitchcock.

A maioria das idéias para novas tramas e seus diferentes *McGuffins* vinham do próprio diretor e eram desenvolvidas por ele e sua mulher, Alma. Depois alguns roteiristas eram chamados para lapidar os roteiros, e mesmo depois deles prontos Hitchcock continuava se envolvendo e controlando todos os aspectos da produção de seus filmes. Discutia com os estúdios a escolha dos atores, apesar de nem sempre conseguir emplacar os de sua preferência.

Também se envolvia profundamente na pós-produção. Mandava cartas cheias de detalhes para os montadores explicando exatamente os pontos de cortes e, para os sonoplastas, cada momento de introdução de sons. Foi assim que acabou brigando com seu grande contribuidor de trilhas sonoras, Bernard Hermann. Hitchcock não gostou da trilha feita para o filme *Cortina rasgada*, de 1966, e acabou rompendo a parceria.

Diego Fontoura
Gisele Benato

Nunca um diretor de cinema ficou tão conhecido pelo público. É difícil não reparar naquela silhueta gordinha, realçada pelo terno sempre impecável, que teimava em aparecer nos filmes. O que começou como uma "brincadeira" se transformou numa poderosa estratégia de marketing. E a personalidade forte e diferente foi adicionada uma "pitada" indispensável: a criatividade. Mas essa foi apenas uma das razões que levou Alfred Hitchcock a ser reconhecido como um dos melhores diretores de cinema dos últimos tempos.

Alfred Joseph Hitchcock nasceu em 13 de agosto de 1899, em Leytonstone, Inglaterra. Cabulando as sonolentas aulas do Colégio Santo Inácio, fez longos e repetitivos passeios de ônibus, sem destino, só pelo prazer de olhar a cidade e as pessoas. Bom desenhista e apaixonado por geografia, a família achava que seu destino profissional seria algo como a Engenharia.

Indeciso sobre qual profissão seguir, Hitchcock consegue emprego

ria muito tempo para abandonar.

Graças à série de sucessos obtidos ao longo dos anos 30, embarcou para os EUA em 1939, contratado por David Selznick para filmar *Rebecca*. O maquinário hollywoodiano o fascinou de imediato. Nele, Hitchcock viu a possibilidade de pôr em imagens todas as suas fantasias. Versátil, Hitchcock realizou no novo país seus dramas de suspense, documentários de guerra para o governo e acabaria se estabelecendo em Hollywood.

Logo Hitchcock livrou-se da tutela de Selznick e conseguiu cada vez mais independência. O que havia entre os dois era um choque de personalidades opostas e, conseqüentemente, de preferências em relação ao cinema: enquanto Selznick era perdulário, expansivo, sensual e viciado em jogo, Hitchcock vinha de uma rígida formação católica, era tímido e travado em matéria de sexo e dinheiro. Selznick gostava de finais felizes e adaptações literárias fidelíssimas ao original. Hitchcock preferia thrillers intimistas, conclusões surpreendentes, versões



Com planos e cortes revolucionários

numa agência de publicidade, logo se transferindo para a companhia telegráfica *W. T. Henley*, de onde seria escorçado poucos meses depois de ser admitido: em vez de trabalhar, passava a maior parte do tempo desenhando caricaturas satíricas dos chefes. A habilidade para o desenho seria fundamental para o perfeccionismo dos seus filmes

porque, antes de serem rodadas, cada cena era meticulosamente desenhada no ângulo em que apareceria na tela — os famosos storyboards. À noite Hitchcock fazia cursos de história da arte e pintura na Universidade de Londres. Seu passatempo era ver filmes americanos e alemães ou ler contos de Edgar Allan Poe.

Seu interesse pelo cinema aumentou quando conseguiu o emprego de redigir e desenhar os letreiros para os filmes da filial inglesa do poderoso grupo americano Famous-Players-Lasky. Depois de trabalhar como assistente de direção em seis filmes, finalmente ganhou do produtor e amigo Michael Balcon o presente ansiosamente esperado: em 1925, assinou sozinho a direção de *The pleasure garden*, com roteiro de sua futura mulher e colaboradora constante, Alma Reville. No ano seguinte, *The lodger* extasiava crítica e público com um estilo incomum de narrativa visual, onde é óbvia a influência do expressionismo alemão, a qual o diretor demora-

que extraíam apenas o que lhe interessava dos romances referenciais. Apesar das rugas, a parceria durou sete anos. Começou com *Rebecca* (1940) e encerrou-se no pior título americano de Hitchcock, *The paradise case* (1946).

a principal estrela de seus próprios filmes.

Alfred Hitchcock também era um técnico brilhante que misturava sexo, suspense e humor. Embora fosse aficionado por tramas criminais, ele tinha verdadeira fobia de policiais.

to desprezo pelos atores, que qualificava como "gado", mas ele nunca levantou a voz ou discutiu com alguém no set de filmagens. Ele também tinha seus intérpretes favoritos. Trabalhou quatro vezes com Cary Grant, outras quatro com James Stewart, três

televisão que dirigiu de 1955 a 1961, no canal *American television*, apresentando histórias de suspense e mistério. Patricia, a filha de Hitchcock, participou de vários episódios. Apesar de ter recebido várias premiações durante sua carreira, ele nunca levou um

Oscar de melhor diretor. Ganhou um prêmio por *Rebecca*, mas esta foi a única estatu-

eta que a Academia de Hollywood lhe concedeu.

No último ano de sua vida, Hitchcock foi nomeado pela rainha Elizabeth II como nativo britânico. O diretor inglês morreu em 28 de abril de 1980 de deficiência no fígado e problemas no coração. Ao morrer, ele quis que o seu corpo fosse totalmente escondido. As pessoas presentes no enterro não viram sequer o seu caixão. Parece contraditório para quem adorava aparecer para o público. Provavelmente Hitchcock queria que aquela imagem do gordinho bonachão com terno impecável fosse mantida para sempre. E foi.



"A lógica dos meus filmes é colocar o público através deles"

Homem de estratégias - Hitchcock tinha um talento excepcional: o da autopromoção. Desde que era um jovem diretor, ele separava uma parte de seu salário para pagar jantares aos críticos, de quem, sabia, dependia seu prestígio.

Hitchcock também ficou famoso por seu hábito de fazer pontas nos próprios filmes, aparecendo e saindo rapidamente de cena, começando com seu segundo filme, *The lodger*, em 1926. No início, as pontas eram discretas. Depois, tornaram-se mais explícitas e os espectadores se divertiam em identificá-lo. Ele criou uma imagem pública - a do gordo bonachão e bem-humorado que adorava produzir medo em cada espectador. Soube associar essa imagem a um tipo de cinema comercial - o suspense - que lhe rendeu milhões, e cuja profundidade passou quase despercebida dos especialistas até os anos 50. Num tempo em que os diretores de cinema eram apenas empregados de estúdio, Alfred Hitchcock conseguiu a proeza de ser

Isso se devia a um trauma infantil, que ele sempre recordava em entrevistas: por causa de uma travessura, o pai havia pedido à polícia para prendê-lo por dez minutos na cela de uma delegacia.

Considerado por muitos anos nos EUA apenas um cineasta técnico, Hitchcock teve sua importância reconhecida pela crítica francesa nos anos 50. François Truffaut disse que ele era "o cineasta mais acessível a todos os públicos pela simplicidade e clareza é também o que se supera ao filmar as relações mais íntimas entre os seres".

Nessa altura, Hitchcock já havia marcado a arte do cinema de todas as maneiras possíveis: como inventor de imagens, como o mais refinado técnico desde F.W. Murnau, como um autor dotado de idéias pessoais, que controlava integralmente seus trabalhos, como criador de um gênero (o suspense), como pensador de sua arte, como um competente homem de negócios.

Hitchcock dissimulava um cer-

com Ingrid Bergman e três com Grace Kelly - esta a mais famosa de suas loiras. A relação de Hitchcock com suas atrizes não é um dado secundário. Amou tortuosamente Ingrid Bergman, Grace Kelly, Tippi Hedren. Sentiu-se rejeitado por todas. Mas nunca foi tão obsessivo com nenhuma delas quanto com Vera Miles, que o trocou pelo Tarzã do cinema.

Provavelmente, nenhum outro diretor foi o responsável por tantas cenas memoráveis do cinema: o banho de Janet Leigh em *Psicose* (1960); o pulo de Norman Lloyd da Estátua da Liberdade em *Sabotador* (1942); o grito de uma mulher que é abafado pelo apito de um trem em *Os 39 degraus* (1935); a seqüência do sonho de Salvador Dalí em *Quando fala o coração* (1945); e o ataque às crianças da escola em *Os pássaros*.

Alfred Hitchcock dirigiu, ao todo, 54 filmes. *Psicose* foi certamente sua produção mais bem-sucedida comercialmente. Mas o que lhe deu dinheiro de verdade foi o seriado de

Distribuição de músicas na rede ameaça império das grandes gravadoras

Imagine um mundo em que você não precisasse pagar para ouvir as músicas de seus artistas favoritos; os músicos, por sua vez, não necessitariam mais de gravadora alguma para lançar seu material de trabalho; e qualquer banda de garagem pudesse distribuir suas músicas pelos quatro cantos do mundo. Fantasia? Pois saiba que essa "indústria fonográfica virtual", ainda que em fase embrionária, já é realidade. E o pivô de tudo isso é uma sigla: MP3

Revolução é pouco para descrever os efeitos causados por essa tecnologia que permite comprimir arquivos de sons em até um décimo do seu tamanho original, com quase nenhuma perda de qualidade sonora. Qualquer pessoa pode, sem mistério nenhum, converter as músicas de seus cd's favoritos para o formato MP3, e distribuí-las pela Internet para amigos ou desconhecidos. Por ser um tipo de arquivo extremamente reduzido, uma faixa de cinco minutos, que no formato WAVE levaria horas para ser baixada, em MP3 pode ser copiada em cerca de 20 minutos, dependendo da velocidade de conexão.

Aos olhos da indústria fonográfica, o MP3 tem apenas um significado: pirataria. Hoje em dia existem mais de meio milhão de músicas no formato distribuídas pela rede, a grande maioria delas em situação ilegal. Só no Brasil, a Associação Protetora dos Direitos Intelectuais Fonográficos já detectou mais de 150 sítios com arquivos piratas em MP3. Apesar de muitos deles terem sido fechados, a cada dia surgem novos na Web.

As gravadoras ainda não sabem o tamanho do prejuízo causado pela popularização do MP3, mas para quem sempre esteve acomodada a estabelecer as regras do jogo (e embolsar muito com ele), qualquer centavo perdido é o apocalipse que chega mais perto. Mas por que então a indústria não acha uma maneira de lucrar com tudo isso, como sempre fez? Realmente o ditado "se não consegue vencer o inimigo, junte-se a ele" parece não tocar o coração dos executivos das chamadas Big Five - Sony, BMG, Warner, EMI, Universal. Muito pelo contrário. No ano passado, juntamente com outras 135 empresas (AT&T, AOL, Compaq, Microsoft, entre outras), formaram a SMDI, ou Secure Digital Music Initiative (Iniciativa de Música Digital Segura), com

o objetivo de construir uma espécie de "Grande Muralha da China" para impedir a disseminação do MP3.

Em termos práticos, o que a SMDI pretende fazer é desenvolver um novo formato de música digital que permita o controle sobre a cópia e reprodução, garantindo assim os direitos autorais sobre a obra. Ou seja, um sistema em que as pessoas terão que pagar para adquirir músicas, seja em formato físico (CD) ou baixada de um sítio web. Além disso, o novo sistema terá um dispositivo que ao se fazer uma cópia, o original é desabilitado, evitando as milhares de reproduções que podem ser feitas de um único arquivo. A expectativa do SMDI é que esse novo formato seja lançado até o final do ano, para aproveitar as vendas de Natal.

Difícil vai ser convencer as pessoas a pagar por uma coisa que todo mundo está dando de graça. Leonardo Chiarglione, diretor-executivo da SMDI e, por ironia, ex-cabeça do Moving Picture Experts Group (MPEG), responsável pelo surgimento do MP3, acredita que grande parte dos consumidores vai acabar aderindo ao sistema devido a sua facilidade de uso. "Os consumidores gostam de coisas simples. Então, facilidade de uso está sendo o parâmetro para o projeto da SMDI. Se ela é alta, e as pessoas têm a total liberdade de encontrar e pegar as músicas que querem, por um preço - como fazem quando compram um CD numa loja - certamente elas vão adotar o SMDI." garantiu Chiarglione, em entrevista à revista *Rolling Stone*.

Na verdade, toda essa ira da indústria fonográfica é apenas mais um capítulo da novela iniciada com o lançamento de fitas cassetes domésticas, usadas para piratear músicas há décadas. A grande diferença em relação ao MP3 é que, se antes as pessoas copiavam discos, agora é possível distribuir cópias de um material fonográfico para qualquer parte do globo, via Internet.

Mas se o problema é tão grave assim, por que os músicos - que teoricamente seriam os grandes prejudicados - não andam por aí fazendo discursos eufóricos contra essa onda do MP3? Talvez porque essa revolução não seja tão ruim assim, pelo menos para eles. Pode ser que muitos estejam en-



Public Enemy: boicote premeditado

xergando o fenômeno de uma perspectiva diferente das grandes gravadoras. Bandas como os Beastie Boys se incluem entre os artistas pioneiros a disponibilizar músicas em formato MP3 na sua própria página virtual. Contrariando a vontade dos patrões, o sítio está sempre cheio de novidades, como faixas ao vivo ou "lados B", para serem baixados gratuitamente pelos fãs.

É dispensável dizer que atitudes como estas não agradaram em nada as gravadoras. A Capitol, dos Beastie Boys, convenceu o grupo a retirar de seu sítio as faixas em MP3, alegando que não seria correto encorajar o "baixamento" de músicas sem sistema de segurança. O mesmo motivo foi usado para justificar o puxão de orelha tomado pelo selo Creation (Oasis, Primal Scream), quando anunciou a intenção de liberar todos os novos singles para serem baixados de graça por um período de 30 dias. A Sony, que detém 40% da Creation, não gostou nada da história, e os planos do selo tiveram que ser adiados por tempo indeterminado.

Nestes exemplos, o poder de persuasão da indústria fonográfica pode ter triunfado. Mas quando ela bate de frente com artistas de atitude, a situação se complica. É o caso dos rappers do Public Enemy, que deram adeus a gravadora de 15 anos, Def Jam Records, depois que esta exigiu que a banda retirasse do seu sítio oficial regravações exclusivas oferecidas de graça no formato MP3. A gravadora, que detém os direitos autorais das músicas, disse que não ganhava nada com a iniciativa. O líder do grupo, Chuck D, explicou que decidiu liberar o material na página oficial da banda como um protesto à burocracia de sua gravadora.

Com as relações definitivamente cortadas com a Def Jam, o Public Enemy tomou uma atitude radical para artistas consagrados como eles: ao invés de procurar um selo novo, de-

cidu lançar o seu último álbum, *There's a poison goin' on*, inteiramente na Internet. Em parceria com o site www.atomicpop.com, em maio deste ano o álbum já estava disponível na rede para ser baixado inteiro por apenas US\$ 8,00 - metade do preço de um CD comum. No caso, o arquivo era vendido no formato

A2b, desenvolvido pela AT&T, que permite mecanismos de controle. Mais tarde, a AtomicPop fechou contrato de distribuição para uma versão em cd do álbum com o site *Amazon.com*, e em julho deste ano, *There's a poison goin' on* finalmente chegou as lojas americanas.

A iniciativa corajosa do Public Enemy parece ter inspirado muita gente, mesmo aqueles com contrato em dia. No final de setembro, o "camaleão psicodélico" David Bowie também lançou seu novo álbum, *Hours...*, na Internet. Por US\$ 18 - mais caro do que os CDs vendidos nas lojas - era possível baixar o álbum do cantor pelo formato *Liquid Audio* ou *Microsoft Audio 4.0*, ambos com sistema de proteção dos direitos autorais. Somente duas semanas após o lançamento *on-line*, o cd desembarcou nas lojas. A versão *on-line*, no entanto, continha uma faixa bônus.

Aqui no Brasil também há exemplos de músicos em pé de guerra com os dinossauros da música. O sempre polêmico Lobão resolveu seguir o caminho da independência, e no dia cinco de novembro lançou o seu novo álbum pela Internet e em bancas de jornais. Em entrevista ao *Zero*, via correio eletrônico, o músico disse acreditar que o MP3 chegou num momento excelente, quando a indústria fonográfica começa a dar sinais de fadiga, em meio a uma ditadura comercial sem precedentes. "É um meio extraordinário de marketing e uma forma de democratização da música. Sinceramente não vejo lado negativo nessa nova tecnologia. Pelo simples fato de estar colocando as gravadoras em pânico, isso já é uma tremenda vitória", comemora.

Como disse Lobão, democracia pode ser considerada uma das principais características da era do MP3. Com essa idéia em mente, Michael Robertson fundou uma das empresas mais comentadas dos últimos tempos: a *MP3.com*. Apoiado na idéia de música gratuita, Robertson criou um sítio que abriga milhares de faixas de bandas independentes de todo o planeta. Além de oferecer músicas legalizadas de graça, faz o trabalho de divulgação desses talentos desconhecidos que não precisam pagar nada para ter suas músicas incluídas no acervo. Com dois anos de criação, a empresa já conta com mais de 11 mil artistas em sua lista. Até maio desse ano, mais de dois milhões de músicas tinham sido "baixadas".

Para não dar margem a possíveis processos movidos pelo olho grande das gravadoras, a própria empresa formou uma equipe de dez pessoas en-



Lobão: pânico é vitória

carregadas de policiar diariamente as cerca de 1200 músicas que são submetidas ao sítio. Apelidados de "musicologists", o time - que inclui especialistas em *hip-hop*, *blues* e *eletrônica* - procuram, principalmente, por covers não autorizados e faixas que contenham obscenidades.

As faixas gratuitas disponíveis na página *MP3.com* funcionam apenas como chamariz para a venda de cds. Se o consumidor gostar do que ouviu, é persuadido a comprar o CD da banda em formato original. Qualquer que seja o valor cobrado, o artista fica com 50%. Acordo bem mais justo do que os oferecidos pelas gravadoras.

A *MP3.com*, no entanto, não está sozinha na idéia. Já existem vários outros, como *audiogalaxy.com*, que fazem o mesmo trabalho. Os ilhéus dos Stonkas y Kongas, por exemplo, colocaram quatro músicas em maio deste ano. Até agora já foram mais de 4.000 "baixamentos". O tecladista dos Stonkas, Marcos Rocha, acha que esta é a maneira mais barata para divulgar o trabalho da banda.

Mas por ter sido o pioneiro, a *MP3.com* chamou a atenção até de artistas "multi-platinados". Recentemente foi o patrocinador oficial da turnê conjunta de Alanis Morissette e Tori Amos, pelos Estados Unidos. Em troca do patrocínio, o sítio tinha direito de colocar na rede, faixas tiradas das apresentações das cantoras. No caso de Alanis Morissette, o negócio lhe rendeu o status de co-proprietária do *MP3.com*, pois ela preferiu o pagamento em ações.

A lição tirada disso tudo é uma só: enquanto as gravadoras se desesperam a procura de um antídoto anti-MP3, os artistas e empresários desafiam a indústria e mergulham de cabeça na onda digital, pois o formato de compactação está lhes dando de volta o controle sobre sua produção. Além disso, os músicos estão conscientes de que se para a indústria o MP3 só traz dor de cabeça, para eles, a onda pode trazer mais benefícios do que prejuízos. Quanto mais a sua música é distribuída, mais populares eles ficam. É sabido que a maioria dos artistas ganha mais dinheiro na venda de ingressos para shows e *merchandising*, do que com a venda de CDs.

Depois de baixada a poeira levantada nos últimos dois anos, talvez esse meio de divulgação possa ser o paradigma para um novo tipo de estratégia de marketing das gravadoras. Primeiro colocam uma faixa de graça na Internet para gerar interesse, e algumas semanas depois lançam o CD. Uma saída que agradaria a todos, mas parece que os medalhões da indústria fonográfica mundial estão mais interessados em se proteger do "inimigo", com um sistema que tem muitas chances de ir por água abaixo.

Diego Fontoura
Gisele Benato

Qualidade digital e baixo custo

Rio possibilita reprodução sem interrupção

De acordo com as profecias de Nostradamus, a chegada do *anti-cristo* deveria ter acontecido no dia 11 de agosto desse ano, trazendo consigo o fim do mundo. Pelo menos para os executivos das grandes gravadoras de discos, o belzebu já está entre nós, e em vez do fim do mundo, está causando o fim da indústria fonográfica do jeito que nós a conhecemos. Não, ele não é vermelho, não tem rabo, nem um par de chifres na cabeça. Trocou o 666 gravado na testa por uma sigla: MP3.

Metáforas à parte, MP3 é uma abreviatura para *MPEG Audio Layer 3*, um formato de compressão de arquivos de áudio e vídeo. Sua principal característica é manter a alta qualidade sonora em um arquivo relativamente pequeno - 1 minuto de música equivale a 1 megabyte.

O MP3 foi desenvolvido por um instituto de pesquisa alemão no começo dos anos 90 como uma forma de armazenar músicas em cds interativos. Naquela época, pouquíssimas pessoas sabiam da existência da Internet, e processadores tão poderosos como o Pentium ou os Power PC ainda eram um sonho não alcançado. Acontece que, para desespero da indústria fonográfica, alguns *hackers* (como sempre!) tiraram o gênio de dentro da garrafa.

Num primeiro momento, o uso do MP3 ficou restrito aos dormitórios de faculdades americanas e escritórios de algumas corporações, onde a rápida conexão com a Internet fazia com que a troca de músicas ficasse fácil como trocar figurinhas. Logo a notícia se espalhou, e hoje em dia há mais de quatro milhões de usuários do formato somente nos Estados Unidos. Em outubro de 1997, os arquivos em MP3 representavam quatro por cento dos arquivos multimídia disponíveis na rede mundial de computadores. Em abril essa participação já alcançava os 36%, confirmando o MP3 como o mais popular formato de áudio da Internet, posição que antes era ocupada pelo RealAudio.

A grande sacada dessa nova tecnologia é a sua característica perceptiva, ou seja, só é considerada a faixa de áudio que o ouvido humano consegue identificar. A parte do arquivo que não é possível ouvir é simplesmente desprezada. Além disso, a informação aproveitável ainda é arquivada em um formato comprimido.

Toda essa facilidade permite que qualquer pessoa possa divulgar a sua criação (ou a dos outros) pela Internet. O site de busca Cadê? registrou mais de oito mil páginas lotadas de MP3 somente na rede brasileira. A maioria são de pessoas que não resistem à tentação de compartilhar com outras, os seus cds favoritos. Depois de converter suas músicas para o formato MP3, colocam-nas em sua página pessoal na rede para que

qualquer pessoa com acesso possa copiá-las. "É um verdadeiro mercado negro, sendo que os 'criminosos' são jovens de 14 a 24 anos", seguido pesquisa feita para apurar o perfil dos usuários dessa tecnologia.

O estudante Amílcar Mafra, 17 anos, coleciona músicas no formato MP3 desde 1997. Hoje ele possui em seu computador um disco rígido somente para armazenar um arsenal de cerca de mil faixas adquiridas durante estes dois anos. Mafra admite ter deixado de comprar alguns CDs por causa do MP3. "É uma maneira de você conhecer melhor as músicas antes de comprar o CD de uma banda", justifica. No entanto ele também afirma ter comprado alguns depois de ouvir alguma faixa em MP3.

A respeito da pirataria desenfreada proporcionada pelo MP3 diz que "não há como impedir que as pessoas peguem seus CDs, gravem em MP3 as músicas que gostam e passem para os amigos ouvirem. As pessoas só vão voltar a comprar mais CDs quando os preços baixarem".

Mesmo empresas que têm programas e formatos concorrentes estão adotando o MP3. A Microsoft incluiu o suporte no Windows 98 Service Pack 1 e na última versão do Mídia Player. O Macromedia Shockwave usa MP3 e a mais recente versão do RealPlayer também é capaz de tocar os arquivos no formato.

Para ouvir as músicas em MP3 no computador é preciso ter um *player*-programa capaz de interpretar arquivos no formato - além, é claro, de uma placa de som. Ele funciona em PC's a partir do 486, mas recomenda-se micros equipados com processadores Pentium (IBM-Windows) ou Power PC (Apple-Macintosh) para um desempenho mais satisfatório, pois o *player* precisa descompactar o arquivo antes de emitir os sons.

Os *players* funcionam sem mistério. Basicamente, eles têm uma apresentação semelhante à de um toca-CD

- com botões *play, stop, etc.* - e uma janela para colocar as músicas na ordem de execução. Os programas estão vindo cada vez com mais funções, não deixando nada a dever ao seu *microsystem "made in Miami"*. Os mais utilizados são o *Music Match, Sonique, RealJukebox* e o pioneiro *Winamp*. E eles não tocam só MP3. Com o *Winamp*, por exemplo, é possível escutar sons no formato WAV, MID, VOC, WMA, ASFS e CD de áudio. Todos esses *players* podem ser baixados pelo site da Tucows - www.tucows.com.

Equipamentos necessários - No início da popularização do MP3, uma de suas desvantagens era de que as músicas ficavam restritas à audição no computador. Quem não tivesse um equipamento para gravar as faixas nesse formato em CD, só podia escutá-las quando estivesse em casa. Mas no co-



Morissette: músicas por ações da MP3.com

meço do ano passado, a *Diamond* colocou nas lojas um aparelhinho menor que um *walkman*, chamado *Rio*, capaz de armazenar até 32MB de arquivos sonoros. Foi a realização para os "MP3-maniacos", e um inferno para a indústria fonográfica.

O *Rio*, além de oferecer uma qualidade de som equivalente a de um CD, é mais resistente a choques do que os "toca-CDs" portáteis, por exemplo, garantindo uma reprodução sem interrupções, mesmo quando o usuário está em movimento. Como não possui mo-

tor, o equipamento não consome muita energia, o que prolonga a vida das pilhas.

Pouco tempo depois de ser lançado, a *Diamond* foi bombardeada por críticas de todos os lados, e ainda levou de brinde um processo da RIAA (*Recording Industry Association of America*), associação da indústria fonográfica estadunidense, alegando que o produto viola a legislação dos direitos autorais. A RIAA afirmava que não haveria mercado para o *Rio* se não fossem as milhares e milhares de músicas ilegais espalhadas pela Internet. Ela exigia que o produto fosse retirado imediatamente das lojas.

No final da história, a paz acabou reinando. Apesar de ter vencido a disputa judicial, a *Diamond* levantou a bandeira branca e anunciou que criaria um dispositivo para impedir os aparelhos de copiarem faixas provenientes de *sítios* sem autorização para comercializar arquivos de músicas digitais. A maneira como isso será feito, porém, ainda é um mistério.

O processo movido pela RIAA parece ter surtido efeito contrário ao esperado. Ao invés de dificultar a popularização dos aparelhos, a confusão parece ter empolgado outras empresas a lançarem as suas próprias versões do *mini-walkman* digital. No momento, existem vários modelos de "tocadores" de MP3 portáteis, cada um com sua inovação, mas todos com uma coisa em comum: o preço salgado. Os aparelhos custam entre R\$ 500,00 e R\$ 1.000,00.

Além dos *mini-walkmans*, algumas companhias já desenvolveram outros tipos de aparelhos para o formato MP3. A empresa *NetDrives*, por exemplo, lançou o *Brujo* (US\$ 299), primeiro *CD player* que também toca arquivos em MP3. A música digital chega pela rede, é gravada no micro (num CD convencional) e pode ser ouvida no *Brujo*, que funciona conectado a um aparelho de som. Detalhe: mais de 200 músicas podem ser gravadas em um único disco.

A última novidade de *hardware* para MP3 se chama *MP3 Anywhere* (MP3 em qualquer lugar), um aparelho que transmite músicas em MP3 do computador, via ondas de rádio, para um aparelho de som caseiro, numa distância de até 300 metros. Há ainda o *Mouse Remote*, que vem com o aparelho de som, controle remoto universal e *mouse* ao mesmo tempo.

Restrições de acesso dificultam baixamento

A melhor fonte de música em MP3 são os *sítios* pessoais. No entanto, para encontrar mais opções, você pode pesquisar em *sítios* de busca, como o Yahoo (www.yahoo.com) ou Altavista (www.altavista.com), digitando o nome da banda ou da música - mais a palavra MP3. Em vez de *sítios*, o Lycos (www.mp3.lycos.com) e o MP3 Meta (www.mp3meta.com) apresentam conexão direta para os arquivos. Para quem quiser saber mais sobre MP3, as melhores fontes de informação são os *sítios* MP3.com (mp3.com) e o brasileiro Central MP3 (www.centralmp3.com.br).

Copiar músicas pode parecer simples mas não é uma operação perfeita. É comum o surgimento de mensagens

como "o servidor retornou informações estendidas", cancelando a transferência da faixa. Isso acontece quando a música está armazenada em um local que apresenta alguma restrição de acesso. Essas restrições vão desde a exigência de uma senha para entrar no *sítio*, até o fornecimento das músicas mediante troca. Nesse caso, a melhor forma para ter acesso e pegar essas faixas é usar um programa especial para a transferência de arquivo, o FTP - sigla em inglês para "protocolo de transferência de arquivos". Programas como o CuteFTP permitem que você entre e copie as faixas diretamente dos computadores que mantêm os arquivos.



Filmes de Hollywood são a bola da vez

"A informação quer ser livre". Este velho ditado *hacker* parece nunca ter feito mais sentido do que nos últimos anos. Depois da indústria fonográfica mundial ser abalada pela pirataria em MP3, a próxima vítima parece ser a indústria do cinema. Cópias piratas de filmes já podem ser encontradas em várias páginas da Internet, até mesmo antes de sua data de estreia. Praticamente todos os últimos lançamentos do ano - de *A bruxa de Blair* a *De olhos Bem Fechados* - podem ser copiados de graça pela rede. Basta saber onde procurar.

O "onde procurar" é o grande empecilho para quem pretende sair por aí baixando filmes de graça. Dada a ilegalidade de distribuição e cópia de material sem permissão, os servidores mudam de endereço quase que diariamente. A maioria dos filmes estão em *sítios* FTP e em canais de transmissão clandestinos da Internet.

Ao contrário das músicas em MP3, as cópias piratas de filmes ainda são de baixa qualidade, com imagens sem nitidez e som distorcido - a maioria das cópias é feita por pessoas que entram nos cinemas com uma video-câmera escondida. Além disso, baixar os arquivos - que as vezes chegam a 900 MB - pode levar de algumas horas a um dia inteiro. Para quem não está a fim de esperar esse tempo todo, o *site* www.vcd-import.com, baseado no Reino Unido, vende cópias de *VCDs* (filmes copiados em *CD-Roms*), por menos de US\$ 7,00 cada. Alguns dos últimos lançamentos disponíveis incluem *South Park: bigger, longer and uncut* e *A bruxa de Blair*.

Diego Fontoura
Gisele Benato

TRANS

A tecnologia de recombinar ADN de diferentes organismos in vitro é conhecida desde 1973, mas a primeira planta transgênica, o tomate longa vida, retirado do mercado mundial neste ano, só nasceu em 1983. Mas não é só o sabor e a qualidade dos alimentos que está no centro da discussão sobre os organismos geneticamente modificados (OGM). O fato é que os OGMs podem fazer mal à saúde e danificar o meio ambiente - informações omitidas ou falsificadas pelos fabricantes.

O desenvolvimento da tecnologia já impôs um impasse à ciência, como no caso histórico do DDT, usado para matar insetos e banido depois que se estudaram seus efeitos sobre a saúde humana. Assistimos com relação às plantas transgênicas produtoras de alimentos, o mesmo quadro. Em 1995, várias plantas transgênicas foram lançadas nos EUA, mas os testes de longa duração só foram feitos em 1998. "Essa história de que passou nos testes nos EUA, é uma balela, porque só foram feitas avaliações agrônomicas, para medir o rendimento, o ciclo e a altura da planta", garante o professor Rubens Nodari, Doutor em Genética do Centro de Ciências Agrárias da UFSC.

Estudos de pesquisadores independentes mostram que há problemas ambientais e de saúde já comprovados. Num estudo realizado este ano em Cuba, ratos tratados com OGMs se tornaram imunogênicos, criando anticorpos. Pesquisas feitas na Inglaterra, revelaram inflamações nas paredes do estômago e intestino dos ratos tratados com batatas transgênicas. Estes produtos podem causar fortes reações alérgicas, podem dar nome a uma nova doença, mas não existem estudos publicados.

A liberação do soja transgênico é o caso mais polêmico no Brasil. Primeiro porque os testes de curta duração foram feitos nos EUA e com variedades americanas, grande parte do processo apresentado na Comissão Técnica Nacional de Biossegurança (CTNBio) diretamente do original em inglês. Segundo, os grãos testados com ratos, peixes, gado e aves, não tinham sido pulverizados com o herbicida Roundup, revela o professor Nodari.

Agronegócio - A partir do sistema de proteção intelectual criado em 1983, começou uma violenta guerra comercial entre multinacionais pelo domínio do mercado de transgênicos. Milhões de dólares foram captados na bolsa com a promessa de produção de 140 milhões de hectares de plantas transgênicas no mundo até 2001. Mas tão logo os OGMs foram lançados no mercado começaram a surgir problemas, e o valor das ações na bolsa vem caindo há 14 meses. Redes de supermercados, hospitais e restaurantes europeus e cervejarias na Inglaterra e no Japão fazem propaganda contra os transgênicos. Países como Grécia, Suíça e Áustria proibiram totalmente seu plantio e comercialização. Nos EUA, a safra de milho deste ano está enalçada e a associação americana dos produtores estima uma redução de 20% na área plantada para 2001 com milho transgênico. Os maiores importadores europeus, querem que os OGMs sejam segregados, com etiquetas de identificação além de armazenamento e processamento em separado, o que acaba encarecendo os produtos.

Juntos, EUA, Brasil e Argentina respondem por 90% do soja exportado no mundo. Nos EUA metade da área global de milho, soja e algodão já é de OGMs enquanto na Argentina já alcança 80%. O Brasil ainda é um mercado exportador alternativo livre de transgênicos, "por isso os EUA pressionam pela liberação, para que os europeus não tenham opção de compra", revela o professor Nodari. O lobby por sua liberação começa na Casa Branca, já rendeu prisão para funcionários do governo Reagan por destruição de provas comprometedoras e vai até executivos da Monsanto que vieram do governo Clinton e vice-versa.

Ecológicos x **biotecnologia** - Os genes da bactéria *Thuringiensis* (BT) que produzem toxinas, são conhecidos dos agricultores ecológicos desde o início dos anos 70 na forma de aerossol natural bacteriano. Diferente desta bactéria que vive rela-

tivamente pouco e cuja toxina segregada é ativada no sistema digestivo alcalino de lagartas, a soja BT produz toxina ao longo do ciclo vital da planta, o que favorece o surgimento de espécies resistentes ao BT. O algodão BollGard BT, por exemplo, foi retirado do mercado pela Monsanto, que pagou indenizações milionárias a produtores americanos. Mesmo usando o Roundup o algodão não só foi atacado por pragas, como a germinação foi desparelha, com flores deformadas e que abortavam antes de abrir.

Adotar OGMs é uma decisão sem retorno que envolve profundos dilemas éticos e que acaba com a opção da agricultura ecológica. Os genes, uma vez disseminada na natureza não pode ser retirado e ficam livres para se reproduzir sem controle. Podem vir a se transferir para outras plantas através do pólen ou de insetos, gerando super-pragas. No caso do soja, que possui de 100 a 200 mil genes, apenas 20 (0,02%) foram estudados e modificados. O que pode acontecer com os outros 99,98% não foi avaliado, ou se foi, não é divulgado. A Monsanto, que tem tradição em ocultar e distorcer pesquisas, já foi condenada em diversos processos judiciais em seu país-sede. "Nos EUA eles preferem pecar por omissão do que perder um negócio, perder dinheiro", garante o professor Nodari.

Apesar da sucessão de erros e condenações, a Monsanto continua fomentando o uso da engenharia genética na agricultura, adquirindo muitas das maiores empresas de sementes do mundo (American Home Products, Calgene, Delta & Pine, DeKalb e Cargil nos EUA e FT Sementes e Agroceres no Brasil). Ela investe 10% de seu faturamento (cerca de 2 bilhões de dólares/ano - o mesmo que o Brasil em C&T) e disputa principalmente com a Suíça Novartis (fusão da Ciba-Geigy e Sandoz) e a alemã Agrovo (associação da Hoechst com a Shering) um mercado que tentam "enfiar goela abaixo, como já fizeram na Argentina, com o soja e depois com o milho e outros transgênicos. Por isso, a posição do Brasil é estratégica, de mercado livre de OGMs", afirma Nodari.

Os transgênicos podem reduzir custos, mas não aumentam o rendimento da colheita. "Nenhuma destas plantas tem rendimento maior. A idéia de que esta é a solução para a fome no mundo é a estratégia da Monsanto para continuar vendendo produtos químicos. Não podemos permitir que interesses econômicos de uma minoria se sobreponham aos interesses e bem estar da sociedade, à saúde da população. Nada contra a técnica, mas precisamos conhecer cientificamente os seus efeitos", alerta o professor Nodari.

Pressão no Brasil - A CTNBio é formada por 18 membros, nove indicados pelo governo, oito pelos fabricantes e um pela sociedade civil, e é responsável pelo estudo e liberação dos OGMs do Brasil. O professor Nodari defende que a função e composição da comissão seja revista. "A relação que uma comissão de cientistas tem com o governo, deve ser discutida com a sociedade, porque do jeito que está, qualquer posição governamental passa. Ao invés de proteger a sociedade, protege o governo e as empresas. Qual é a ética desta comissão? O governo deve estar enterado até a alma com compromissos internacionais, porque não há outra justificativa para ser aprovado na CTNBio. É como botar bode cuidar de horta". Após o Greenpeace seção Brasil entrar na justiça contra a liberação do soja BT, a CTNBio mudou seu comportamento. A relação da comissão com o governo e a sociedade foi questionada e para outro pedido de liberação de milho BT, que está lá a quase um ano, exigiram mais testes.

Lembra o Direito Ambiental, que o Brasil ainda possui grandes reservas florestais, de enorme potencial econômico e biológico; pode projetar seu desenvolvimento sem depredar o meio ambiente, preservando-o da melhor forma possível. Os exemplos desastrosos de muitos dos chamados "países desenvolvidos", são apenas parâmetros para que evitemos o mesmo caminho que seguiram. Nem sempre o que é bom para os desenvolvidos é bom para os países em desenvolvimento. Até pelo contrário.

Silvio Smaniotto

GÊNICOS

Alimentos modificados geneticamente podem originar novas doenças e ameaçar plantações com superpragas